

Bruno Monteiro

Virgílio Borges Pereira

INTELECTUAIS EUROPEUS NO SÉCULO XX

Exercícios de objectivação sócio-histórica

Edições Afrontamento

7	Introdução: Função <i>Europa</i> . Exercícios de objectivação sócio-histórica sobre os «intelectuais» europeus, por Bruno Monteiro e Virgílio Borges Pereira
45	PARTE 1. QUESTÕES DE ESCALA
47	Os intelectuais e o poder na Europa continental. Visão de conjunto histórica ■ Victor Karady
67	Sobre o campo literário italiano e o seu contexto internacional (1945-1970) ■ Anna Boschetti
79	Para uma história comparativa dos intelectuais em França e na Alemanha ■ Joseph Jurt
95	Uma estranha indiferença perante a política ■ Wolf Lepenies
111	Os Momentos e os seus Intelectuais: tradição e modernidade ■ António Teixeira Fernandes
133	PARTE 2. O COSMOS INTELECTUAL COMO ORDEM DE ACÇÃO
135	A razão literária. O campo literário francês sob a Ocupação (1940-1944) ■ Gisèle Sapiro
185	O nascimento do campo literário galego: posições autónomas e condicionamentos ideológicos ■ Anton Figueroa
199	As escolas de quadros nos ex-países socialistas e as suas metamorfoses, antes e depois de 1989 ■ Mihai Dinu Gheorgiu
217	Os intelectuais, o poder e a cidade. O espaço social dos intelectuais do Porto no <i>Estado Novo</i> (1958-1965) ■ Bruno Monteiro e Virgílio Borges Pereira

259	PARTE 3. BIOGRAFIAS, AS COLECTIVAS E AS SINGULARES
261	A conversão modernista de Thomas Mann à política ■ Fritz Ringer
271	Alves Redol: percurso singular de um «intelectual» no Estado Novo ■ Gaspar Martins Pereira
285	O valor dos estudos literários ■ Paul Aron
301	Os intelectuais são outra gente: o caso de George Orwell ■ Stefan Collini
329	Kraus, Splengler e o declínio do Ocidente ■ Jacques Bouveresse
339	Dominação política e ciência política. As cartas de Max Weber para Robert Michels antes da Primeira Guerra Mundial ■ Gangolf Hübinger

Função *Europa*. Exercícios de objectivação sócio-histórica sobre os «intelectuais» europeus

É uma bolsa onde as doutrinas, as ideias, as descobertas, os dogmas mais diversos, são mobilizados, são cotados, sobem, descem, são objecto das críticas mais impiedosas e dos entusiasmos mais cegos. (...) Ireis desculpar-me por dar às palavras Europa e Europeu uma significação um pouco mais do que geográfica e um pouco mais do que histórica, mas em certo sentido funcional. Eu quase diria, abusando o meu pensamento da minha linguagem, que uma Europa é uma espécie de sistema formado por uma certa diversidade humana e de uma localidade particularmente favorável; moldada, enfim, por uma história singularmente movimentada e viva. O produto desta conjuntura de circunstâncias é um Europeu.

Paul Valéry, *Note (ou L'Européen)*, 2000 [1925], pp. 421-422

No termo de uma paulatina interpenetração e saturação entre saberes, crenças e interesses, a *Europa* parece verosimilmente constituir-se, para Paul Valéry, como um *entreposto* onde se transaccionam e se mesclam os homens e as ideias, ou mesmo: «uma máquina poderosa», uma «fábrica intelectual» onde se transformam, se sintetizam e se apuram os bens espirituais e materiais, a ponto de se tornarem já inextrincáveis os seus elementos constituintes iniciais. O vigor e a extensão dos vínculos de cooperação e concorrência num território tão apertado tornam não só instável o equilíbrio entre *novidade* e *tradição*, entre a paixão da *aquisição* e o repouso da *conservação*, como fundam, a toda a largura do espaço físico em causa, «uma cidade gigantesca» com «os seus museus, os seus jardins, as suas oficinas, os seus laboratórios, os seus salões»¹. Esta *Europa* surge, assim, como um espaço de *intelecção* e *convívio* que é, segundo Paul Valéry, *função* da pluralidade de factores que subjazem aos processos históricos de surgimento e integração que participam da sua construção, como, em parte, são o corpo legal romano, a tradição racional helénica e a tradição cristã. Atravessada por tendências de inclusão e fragmentação, sustentando-se pelas lutas e

(1) Paul Valéry, «Note (ou L'Européen)», *Europes de l'antiquité au XXe siècle*. Paris: Éditions Robert Laffont, 2000, p. 421.

permutas que surgem entre os receptores e participantes da sua vida cultural, ou esmorecendo sempre que esse revoltear de homens e ideias se interrompe ou abranda, a *Europa* constitui como tal um estado incerto e provisório ao longo da história.

O que a *Europa* não é certamente, é uma *essência*, por muito que como tal fosse, e seja, polemicamente usada para traçar fronteiras perante *os outros*, em especial *os bárbaros* que se imaginam a forçarem as portas da civilização europeia ou, pior, que se ocultam entre nós². A presente obra toma a *Europa* como plano de interrogação para as ciências sociais. Não procura fazer a história da Europa, nem sequer a história dos intelectuais europeus. Orienta-se somente por esse horizonte de questionamento de envergadura europeia para convocar exercícios de objectivação sócio-histórica a respeito da vida intelectual do século XX, para isso recorrendo a uma pluralidade de contextos territoriais e conjunturas temporais e focando-se, consequentemente, numa multiplicidade de figuras singulares e colectivas da «intelectualidade». Noções como «envergadura europeia» ou «intelectualidade», longe de serem tomadas como categorias preliminares e antepredicativas do raciocínio humano, são tratadas, elas próprias, como pontos de penetração para a investigação sócio-histórica. Para começar, a *Europa* é tomada sobretudo no sentido *funcional* que sugere Paul Valéry, vista, assim, como constelação volúvel de conexões e nódulos que tem os limites flutuantes; limites, portanto, que se contraem ou expandem com o tempo, em parte por causa da controvérsia que sempre levantam a sua fixação e a sua vigilância, sem estarem imunes às constantemente renovadas fracturas e colisões que ocorrem no interior do seu perímetro. Aproveitando as circunstâncias criadas pelo colóquio «Os Intelectuais na Europa do Século XX: Olhares Comparativos, Novas Perspectivas de Investigação», realizado a 18 de Outubro de 2013 na Faculdade de Letras da Universidade do Porto e que contou, oportunamente, com o apoio do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto e da Reitoria da Universidade do Porto, propusemos aos participantes fixar em texto as comunicações que então apresentaram, colecção que complementamos com contribuições de colegas que não se puderam juntar a nós nessa ocasião. Será inventariando *estudos de caso*, que exploram, com os instrumentos e paradigmas das ciências sociais, as circunstâncias, as personagens, com as suas práticas e representações, ou as instituições, que poderemos apreciar criticamente a *Europa* como configuração de interdependências visíveis e intangíveis que operam mais ou menos invisivelmente, mais ou menos longinquamente, para a constituição de um espaço de convergência e propagação intelectual aparentemente consolidado. De maneira sumária, é possível avançar um sistema de coordenadas para apoiar a expedição dos leitores pelos terrenos por onde avançaram os investigadores cujos trabalhos ora coligimos. O perí-

(2) Sobre a constituição de um regime de justificação em torno da *Europa* como conceito usado por oposição ou inversão perante os *bárbaros*, em especial para os excluir ou privar das prerrogativas da *civilização*, vd. J. G. A. Pocock, «Some Europes in their History», in Anthony Pagden, *The Idea of Europe. From Antiquity to the European Union*, Cambridge: Woodrow Wilson Center Press / Cambridge University Press, 2002, pp. 55-70. Este texto tem, suplementarmente, o mérito de nos precaver a respeito da monotonia das leituras homogenizadoras de Europa e contra a tendência de ver linear e ininterruptamente a história da «Europa» como continente física e ideologicamente imutável.

plo, que se servirá de vários meios de locomoção intelectual, vai percorrer um território circunscrito em termos físicos e históricos, a que se convencionou, não sem as polémicas criadas pela imposição e correcção das suas fronteiras, chamar *Europa*.

Vamos começar, porém, por retroceder ao início do século XX, situando-nos na época que termina com a Primeira Guerra para proceder a uma sumária rememoração crítica de outro momento de encontro entre a história dos «intelectuais», a história da «Europa» – e a história das próprias «ciências sociais». O nosso propósito é mostrar que as mutações que se operaram nessa época em torno das representações e realidades carreadas pelas noções de «Europa» e «intelectualidade», em particular nas formulações com que a nascente «sociologia» procurava captar esses fenómenos, tiveram consequências, que transcendem as épocas limítrofes, sobre os esquemas de pensamento e os sistemas de categorias que usamos, em parte inconscientemente, sempre que invocamos essas mesmas noções. Não seria suficiente invocar a necessidade de uma operação de historicização das noções de «Europa» e «intelectualidade» como um procedimento preliminar indispensável; seria importante que a ensaiássemos nós próprios. Espécie de *psicanálise do espírito científico* que permite uma elevação da consciência sobre os limites, os automatismos e as implicações que vêm com os conceitos que hoje usamos, ele constitui como que um exercício para pensar sobre os conceitos – e não apenas com eles. Por outro lado, um tal exercício permite-nos visualizar os textos que coligimos nesta obra como um simples contributo para uma futura história do estado das relações entre «Europa» e «intelectuais» no início do século XXI. Fruto das características que tem o formato de introdução, o cometimento vai ficar-se, em larga medida, pela forma tentada. Uma vantagem da ciência é que as energias nunca se perdem, acumulam-se e recuperam-se.

HISTÓRIAS EM LINHA: A EMERGÊNCIA DOS «INTELECTUAIS», AS TRANSFORMAÇÕES DA EUROPA E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Embora não seja este o momento para fazer minuciosamente a história do conceito, a *Europa* pôde, como comunidade imaginada e como perímetro existencial, funcionar como sede para a «república das letras» logo que esta expressão se tornou corrente. Este contingente especialmente selectivo de «letrados» e «intelectuais» tem um lastro que se consegue encontrar entre os séculos XVII e XVIII, época em que as suas pretensões a funcionar como instância de crítica excepcional, fundada na legitimidade específica que os «intelectuais» visam concentrar como personificações da «Razão», motiva as convulsões que trazem consigo a ruptura com o Estado monárquico absoluto e com a Igreja católica ecuménica³.

(3) Sobre esta concepção a respeito da emergência dos «intelectuais», podem ler-se as obras de Reinhard Koselleck. *Critique and Crisis. Enlightenment and the Pathogenesis of Modern Society*, Cambridge: The MIT Press; e Roger Chartier, *Les origines culturelles de la Révolution française*, Paris: Éditions du Seuil, 2000.

Embora já anteriormente fosse possível ver os contornos do continente intelectual europeu a ponteadado, pelo tirocínio de escolásticos e noviços pelas universidades medievais e renascentistas, ou simplesmente pelo trânsito entre os centros de poder das instituições eclesásticas, tais movimentos pendulares orientavam-se principalmente por pontos cardeais de natureza religiosa e confessional, com relevo para peregrinações que eram simultaneamente viagens de crença e conhecimento⁴. Outras excepções podem talvez ser feitas a propósito das comutações que ocorrem, especialmente a partir do alvor da Renascença, entre as oficinas de certos mestres mecânicos, como a relojoaria⁵, ou entre as «escolas» ligadas à pintura, à escultura ou à música, progressivamente nascidas em torno de um «mestre» ou «estilo», por onde circulavam internacionalmente as técnicas e conhecimentos «intelectuais» que se incarnavam em pessoas e que se cristalizavam em coisas, como os livros ou as próprias peças de arte⁶. O momento que funciona, para Robert Darnton, como ponto de viragem que confere uma ténpera particular ao continente europeu enquanto «experiência partilhada de vida» sob legislação de inspiração romana, religião cristã e cultura secular, foi o Iluminismo⁷. As práticas e as convicções partilhadas pelos letrados europeus, ligados a «conjunto de símbolos» e «sistema de valores» sedimentados em instituições comumente vividas, como as lojas maçónicas, os salões, as academias e os cafés, e enxertados com a «cortesia», vista como vector primordial de vitória e suplantação sobre a superstição e a selvajaria (que não só eram estúpidas e irracionais, como constituíam também uma ofensa ao bom gosto e um sinal de vulgaridade), só seriam interrompidas pela irrupção dos nacionalismos já em pleno século XIX. A invocação de civilidade, feita do porte e postura do «cavalheiro», que substituíra, por essa altura, o «aristocrata» como referência modelar para os membros dos grupos sociais mais favorecidos, complementava o apelo à razão que se tornou, por metonímia quase, um traço fundamental do Iluminismo⁸. Este cosmopolitismo dos grupos mais favorecidos, nomeadamente entre os letrados, concretizava-se por canais de transmissão a longa distância que uniam a sua cultura material, com uma inclinação pelo requinte na culinária, nas roupas e no mobiliário, e os seus consumos espirituais, veiculados por redes de correspondência surpreendentemente céleres e por uma tipografia em constante evolução técnica, trocas de objectos manuscritos e impressos que eram

(4) Para recuperar a visão já clássica sobre uma história extensiva dos «intelectuais» e «artistas», entretanto submetida a crítica historiográfica, vd. Jacques Le Goff, *Os intelectuais na Idade Média*, Lisboa: Gradiva, 1987; e Rudolf Wittkower e Margot Wittkower, *Born under Saturn. The character and conducts of artists*, 2006, New York: NYRB Classics.

(5) Entre outros, merece atenção o trabalho de Carlo Cipolla sobre a emergência de um circuito europeu de relojoeiros: Carlo Cipolla, *As máquinas do tempo*, Lisboa: Edições 70, 1992.

(6) Existe uma ampla bibliografia sobre estes tópicos, de que nos permitimos salientar os trabalhos de Martin Warnke, *L'Artiste et la Cour. Aux origines de l'artiste moderne*, Paris: Editions de la Maison des sciences de l'homme, 1989; Norbert Elias, *Mozart – sociologia de um génio*, Porto: ASA, 1991; e Peter Burke, *Culture and Society in Renaissance Italy*, Londres: Batsford, 1972.

(7) Robert Darnton, «The unity of Europe: culture and politeness», *George Washington's False Teeth*, New York, W. W. Norton & Co, 2006, p. 76.

(8) *Idem, Ibidem*, p. 81.

facilitadas pelo recurso em comum a uma língua (francês). Ao mesmo tempo que esta versão da Europa supunha a comunidade entre os letrados europeus, ela vinculava profundamente as fronteiras que os separavam do *povo*. As fronteiras internacionais podiam coexistir, salvo se chegassem inclusive a ser secundarizadas, com as fronteiras sociais⁹. Ao lado deste fechamento, que minorava, se não negava, a vocação universalista a que aspiravam estes letrados nos seus próprios contextos de enraizamento, vemos que a visão eurocêntrica carregava, inconscientemente que fosse, a perpetuação da hegemonia cultural que as potências coloniais exerciam sobre os povos que colonizavam, reinventando pelos seus estilos de vida, pelas suas formas de pensar, ser e sentir, os hiatos que os separavam das massas da plebe.

No termo de um lento processo de apuramento do nacionalismo europeu, que culminaria com a Grande Guerra¹⁰, surge a necessidade urgente de interrogar a plausibilidade e oportunidade de imaginar uma comunidade cosmopolita que superasse os limites da «nação» (ou «raça»). O exercício de apurar as filiações europeias dos «intelectuais» obrigava a ponderar outro fundamento que não o «solo» e o «sangue», precisamente num momento em que esses impulsos étnicos eram invocados para justificar a pretensão a uma «nação» como contentor imprescindível para um e só um «povo», logo para incentivar a cisão por todos os meios, militares inclusive, perante as intrusões de estranhos. O paroxismo da situação fez com que as preocupações e intervenções dos «intelectuais» de várias paragens convergissem nessa época para repensar seriamente a noção de «Europa», interrompendo o menosprezo quase unânime que tinha sido imposto pela pletórica invenção e comemoração das virtudes nacionais ao longo do século XIX. Outros percursos da superação das fronteiras nacionais, como a invocação de «internacionalismo» por movimento sociais conotados com as massas proletárias, não tinham servido senão para acentuar, entre certos «intelectuais», a suspeita e a repugnância por pertenças que contornassem as partições nacionais. O *populismo* que transparece entre os «intelectuais», por muito que o «povo» aparecesse sobretudo como veículo transmissor incontornável para as missões políticas que os «intelectuais» formulavam vorazmente nessa época, imanava principalmente remanescências místicas, que passavam, por exemplo, pela fundação heróica ou pela linhagem mítica de um «povo» em particular, as quais, sem paradoxo, se harmonizam impecavelmente com o seu

(9) *Idem, Ibidem*, p. 84.

(10) Para uma exposição histórica do nacionalismo para este período, vale a pena ler Oliver Zimmer, *Nationalism in Europe. 1890-1940*, Houndmills: Palgrave Macmillan, 2003. Para uma justificação dos enunciados aqui formulados, que não vêm o nacionalismo nem como uma ficção sem fundamento, nem como um processo finalista e teleológico, nem como o epifenómeno pelo qual se revela uma essência («povo», «cultura», etc.), mas sim como um processo histórico, cruzado por estratégias contrárias de uma pluralidade de actores, sujeito a várias velocidades e a oscilações que apontam ora no sentido da sua cristalização ora no sentido do seu esmorecimento, cf. Rogers Brubaker, *Nationalism reframed. Nationhood and the national question in the New Europe*. Cambridge: Cambridge University Press. Nesta obra, para retomar os termos, o «nacionalismo» surge interrogado nas suas várias facetas, como «forma institucionalizada», «categoria prática» e «evento contingente». *Idem, Ibidem*, pp. 13-22.

temperamento fortemente *impopular*. Um populismo completamente outro, era o que parecia implicar a promoção do proletariado como sujeito político. Havia, neste caso, uma promessa de salvação do «povo» a ser protagonizada por si mesmo, se aceite a liderança por uma vanguarda supostamente esclarecida, uma «elite» que, como viu Robert Michels, podendo ter embora as suas origens entre os próprios «proletários», imperava sobre o «movimento» e se centrava sobre os seus interesses parciais e parcelares como uma «aristocracia»¹¹. Nesta versão, os «intelectuais» poderiam cumprir um papel de tutela, já não para perpetuarem a menoridade das «massas» populares, mas sim para as promoverem civilizacionalmente. Agindo em seu nome, os «intelectuais» representavam os «proletários».

Não provocará, pois, espanto que tenha sido nestas circunstâncias que encontraram ressonância as teorias das *élites*, fórmulas eruditas para a mescla de sentimentos que eram amplamente partilhados pelos «intelectuais», que convergiam com o temor que as classes possidentes sentiam nessa época perante as transformações do mundo «moderno», com a urbanização e a industrialização em particular, e perante o correspondente transtorno da hierarquia das virtudes que, com a promoção social de sectores novos da burguesia, passa a privilegiar os valores pecuniários em prejuízo de noções de «honra»¹². O surgimento no espaço público de um proletariado mobilizado, mormente por sindicatos, partidos e outras colectividades com vocação «revolucionária», era a epítome do que sucedia. A noção de «elite» é o pólo positivo do par de conceitos simétricos que tem na sua outra extremidade a noção de «massas» (ou «multidão»). A partir de tais circunstâncias históricas, puderam as interpretações de Vilfredo Pareto e Gaetano Mosca encontrar um público, para o qual pareciam ser verosímeis, evidentes e, o que é mais significativo, virtuosas as suas visões sobre a necessidade (em todos os sentidos da palavra) da preeminência de uma minoria especial sobre o conjunto da sociedade. «Entre o trabalhador do cérebro, como lhe chamam, e o trabalhador do braço não há identidade nem semelhança: há uma profunda, uma radical, oposição. // O que é certo é que entre um operário e um macaco há menos diferença que entre um operário e um homem realmente culto. // O povo não é educável, porque é povo. Se fosse possível convertê-lo em indivíduos, seria educável, seria educado, porém já não seria povo»¹³. No extremo lusitano da Europa, onde se verifica já a sua «ocidentalização», foi possível a Fernando Pessoa exprimir em termos exemplarmente claros, nos seus trabalhos de «sociologia» dos anos 1918-1919, uma mistura de cosmopolitismo («civilização»), subjectivismo psicologista (a liderança é somente passível de ser exercida por «indivíduos» e nunca por «gente») e elitismo («imperialismo da inteligência»). Uma interpretação «socio-

(11) Vejam-se, entre outros, a entrada de Robert Michels sobre «Intellectuals», incluída na edição de 1932, da *Encyclopedia of the Social Sciences*, London, MacMillan and Co., volume 8 (Edwin Seugman, ed.); e o seu ensaio, «The Elite», recolhido em Robert Michels, *First Lectures in Political Sociology*, Minneapolis: Minnesota University Press, 1949, especialmente nas pp. 80-84.

(12) A este respeito, é suficiente ver a breve introdução histórica de Michael Hartmann, *The Sociology of Elites*, Oxon: Routledge, 2007, em particular a p. 5.

(13) Fernando Pessoa, «O preconceito revolucionário», §. Sobre a igualdade, *Páginas de pensamento político*, volume 1, Lisboa, Publicações Europa-América, 1986, p. 177.

lógica» que não se confundia com as propostas políticas que se ligavam ao tradicionalismo do «povo», que seria sempre profundamente «reaccionário», nem com as que seguiam as convenções das «classes médias» (persuadidas pelo «útil» e pelo «prazer»), nem sequer com as que tinham o «hábito» da nobreza («moda») por sustentáculo; todas estas eram, enfim, «tirantias»¹⁴. A solução que preconiza Fernando Pessoa, fundado nos avanços que supostamente lhe assegura o uso da «sociologia», passa pela instauração de um regime político com matizes portugueses incomparáveis, que não só tira consequências da inevitabilidade histórica da separação entre «governantes e governados», os primeiros sempre uma minoria de «personalidades», os segundos uma prole imensa de «subhomens», como explora conscientemente a força das mistificações nacionalistas¹⁵.

Em particular, a Grande Guerra vai forçar uma consciencialização das pertenças cruzadas que separavam os «intelectuais» entre *universalismo* e *patriotismo*. Nos seus últimos tempos de vida, Georg Simmel publicou um curto texto sobre as consequências da Grande Guerra sobre a vida do espírito, sugerindo que se entendesse a «europeidade» [Europäertum] como «lugar de valor espiritual». Esta realidade espiritual, em primeiro lugar, não implicava recusar, ao invés do que implicava o «internacionalismo», que «arrancava as raízes pátrias», o contacto com a «vida nacional»¹⁶. Na visão de Georg Simmel, sem nunca serem «internacionais» ou «cosmopolitas», figuras como Bismarck, Darwin, Tolstoi, Wagner ou Bergson, foram «homens europeus» em virtude precisamente da «extrema intensificação das qualidades especificamente nacionais» que os caracterizavam, incluindo as que caracterizavam a mais pura «germanidade» [Deutschstum] («a ânsia europeia brota portanto do próprio imo das raízes alemãs»¹⁷), pesem os sentimentos de exclusividade e as oposições entre essências étnicas que outros intelectuais tão frequentemente manejavam e propagavam nessa altura. Em segundo lugar, a ideia de Europa «não se pode fixar logicamente ou com um determinado conteúdo»; ela pode ser apenas «sentida pela intuição»¹⁸. Da mesma forma, ela não pode ser provada por recurso à sua corporeidade, ou existência fáctica. No entanto, como «ideia histórica» que é, ela carece de ser vivenciada, e não somente conceptualizada e pensada, pois é uma «forma espiritual» que, embora colocada acima da

(14) Fernando Pessoa, «Cinco diálogos sobre a tirania», 1918-19, *Páginas de Pensamento Político*, volume 1, Lisboa, Publicações Europa-América, 1986, p. 184.

(15) «Reduzir o proletariado tanto quanto possível à situação dos escravos. Fazer isto de modo disfarçado, cauto, íntimo. A plebe deve ser o instrumento dos imperialistas, casta dominadora, mas nacional, de modo que voluntariamente seja escrava, desde nascença esteja involuntariamente conforme com a condição que se lhe impõe. Esta casta dominante não deve escravizar a plebe só pelo prazer de o fazer, porque o imperialismo não tem que existir dentro da nação; apenas é útil o domínio da casta porque é uma educação do Mando, tornando-o possível para o exterior». Fernando Pessoa, «Manifesto sobre o Atlantismo», §. Antitradicionalismo, *Portugal, Sebastianismo e Quinto Império*, Publicações Europa-América, 1986, p. 77. O texto citado provém presumivelmente do ano de 1913.

(16) Georg Simmel, «Die Idee Europa», *Der Krieg und die Geistigen Entscheidungen. Reden und Aufsätze*, München/Leipzig, Duncker & Humblot, 1917, pp. 65-72.

(17) *Idem, Ibidem*, p. 70.

(18) *Idem, Ibidem*, p. 69.

«vida», extrai o seu significado e força da «vida». A noção de «verdade» não perde nada da sua constância e intensidade se não for aceite, nem mesmo «se todos nós enlouquecermos»; a ideia de Europa, «singular coloração de um complexo de bens espirituais», porém, «está ligada de maneira maravilhosa com os homens europeus cuja consciência converge para si, como o navio com as águas que o suportam, e que, posto o navio seco, continua o mesmo navio, embora tivesse perdido [a capacidade] de trazer em si o seu sentido, bens e valores e de os levar de sítio para sítio»¹⁹. A elipse com que Georg Simmel formula, tudo pesado, uma solução para salvar o vínculo entre cultura alemã e comunhão europeia, corresponde a essa situação peculiar de «inovador» que era a sua; uma tomada de posição assim, contextualizada, corresponde a um lugar periférico no interior do círculo do «mandarinato» alemão da época, que lhe era imposto por ser judeu e por tentar incrustar uma nova especialidade científica e que se traduzia na sua postura «progressista», se comparada com as concepções «populistas» em voga²⁰. Embora comungando da leitura pessimista sobre a «tragédia da cultura» que a crescente oposição entre «espírito objectivo» e «espírito subjectivo» provocava na civilização moderna, Georg Simmel toma opção por uma postura analítica que se constrói sobre a empiria, o que prevenia que pendesse para concepções transcendentais nas matérias científicas e políticas²¹.

Entalados entre as correntes do «nacionalismo» e do «internacionalismo» (é recordar o tom irónico e irado com que Vladimir Lenine recusou a ideia de uns «Estados Unidos da Europa» em 1920), os «intelectuais» que procuravam reencontrar e reafirmar a validade da ideia de Europa viram-se empurrados para uma luta em que essa ideia se tornou não só num *objecto em disputa*, mas também um *instrumento de combate* entre os «intelectuais», que a usavam para impor o seu ponto de vista particular, procurando hegemonizar ou consensualizar a versão da «Europa» que se coadunasse mais favoravelmente com os seus interesses específicos²². No entanto, como os exemplos oferecidos por Fernando Pessoa e Georg Simmel sugerem, as tentativas para promulgar, por entre a conflagração da Primeira Guerra Mundial e as irrupções revolucionárias da «luta de classes», uma comunidade europeia para as criações «intelectuais», surgem maculadas por essas circunstâncias específicas, emergindo, tantas vezes, apenas como misticismo, reaccionarismo ou elitismo. Dado que as tentativas para recuperar, pelo menos em sonho, um estado de comunhão cosmopolita entre os «intelectuais», sem consideração pelas suas pertenças nacionais, usualmente conduziam a uma recordação do período anterior aos movimentos de consolidação dos Estados nacionais e, em certos casos, mesmo a uma nostalgia do Antigo Regime, elas

(19) *Idem, Ibidem*, 71.

(20) Fritz Ringer, *The Decline of the German Mandarins. The German Academic Community, 1890-1933*, Hanover: University Press of New England, 1990, p. 136

(21) *Idem, Ibidem*, p. 175

(22) Um bom exemplo desta tensão em torno do conceito de Europa são as lutas pela definição dos seus limites e significados travadas, entre 1789 e 1848, entre «revolucionários» e «reaccionários», campos que, por sua vez se fragmentavam numa pluralidade de partidos, cf. Kevin Wilson e Jan van der Dussen (eds.), *The History of the Idea of Europe*, London: The Open University, 1995, pp. 65-75.

podiam frequentemente oferecer uma impressão de anacronismo, senão uma aparência reaccionária. Se não caminhavam para o passado como estas, as tentativas feitas para invocar uma «comunidade» europeia de «intelectuais» passavam por libertar, contornar ou extinguir os ligames com a actualidade e a materialidade do mundo social, como o propunham, reabilitadas, as interpretações idealistas. Fuga à realidade ou não, estas tentativas para justificar a comunhão transnacional dos «intelectuais» sem apelar para factores seculares e concretos passavam frequentemente pela prescrição e imposição de uma visão aos criadores e dos criadores que não computava as eventuais implicações políticas dos seus actos ou pela recusa em lidar com, e sequer aceitar, a pertinência que tinham as vertentes económicas e sociais no universo da cultura. Facilmente, estas propostas promoviam um salto no vazio social ou uma espiritualização total da existência dos «intelectuais». Outras reacções para acomodar a presença dos «intelectuais» às transformações sociais e económicas em curso passaram, por sua vez, pela recuperação de temas do elitismo. Na pluralidade de catalisadores ideológicos que toleravam, as enunciações empregadas equivaliam a tentativas de legitimação do papel supra-numerário dos «intelectuais», que passavam pelo ressentimento pela massificação, pela imaginação da superioridade dos intelectuais sobre o resto da sociedade, o que explicaria, em parte, a simpatia que muitos «intelectuais» sentiram por iniciativas políticas que visavam a fundação da sociedade em novos pilares e prometiam a promoção de uma nova «elite» (da qual esperavam fazer parte)²³, ou pela reinvenção do papel do «intelectual» na sociedade como portador de valores universais («ética», «justiça», «verdade», etc.), ou, pelo menos, como intensificador e condutor da «opinião pública», que não estava preso a uma parcialidade social ou política. Noutros casos, a tentação de onerar os «intelectuais», produtores de conceitos universais, com o universalismo que só os seus conceitos têm, fazendo-os cumprir a vocação cosmopolita que Immanuel Kant tinha atribuído aos pensadores no início do século XIX, numa resposta formulada, também ela, com pretensões universais²⁴, essa tentação, escrevíamos, volta a emergir, em parte como resposta às tentativas de redução da «arte», «ciência» e demais criações do «espírito» a simples expressões de particularismos étnicos («pátria», «raça») e sociais («classe»), em parte como reacção contra as tentativas de utilização e subordinação da «ciência» ou da «cultura» a projectos seculares («políticos», «económicos»), logo potencialmente sacrílegos. Vale a pena notar que, por esta época, encontramos enunciações sobre o suposto estatuto de extra-territorialidade que caracterizaria os «intelectuais» e sobre a pretendida «neutralidade» de valores que teria que orientar o conhecimento científico. A convicção sobre a «intersticialidade» dos «intelectuais», que se evolva, por exemplo, nos

(23) Confira-se este ponto de vista em A. J. Gregor, *Mussolini's intellectuals. Fascist social and political thought*, Princeton, Princeton University Press, 2005, vendo-se, por exemplo, a p. 247, onde se trata do testemunho de Curzio Malaparte, explicando as razões da sua atracção pelo fascismo italiano.

(24) Immanuel Kant, «Idea for a Universal History from a Cosmopolitan Perspective», in Immanuel Kant, *Toward perpetual peace and other writings on politics, peace, and history*. Yale: Yale University Press, 2006, pp. 3-16.

escritos de Karl Mannheim, situando-os «entre as classes», ao mesmo tempo que evita transformá-los em simples títeres de formações sociais tidas por elementares, parece insular, pesem as precauções tomadas por ele, uma potencial vaporização dos seus vínculos sociais mais imediatos²⁵. Na verdade, esta interpretação vai ser complementada com a concessão de uma capacidade de «multi-perspectivismo» aos «intelectuais», isto é, «a oportunidade máxima para testar e empregar as vistas socialmente disponíveis»²⁶. Esta sua intermutabilidade de mundivisões parece significar uma emancipação por comparação com as imposições que pesam sobre outros sujeitos e colectivos sociais. Por seu lado, os trabalhos de Max Weber sobre a «neutralidade» como eixo central do ofício de sociólogo surgem pautados pela tentativa de escapar às parcialidades que o universo político transfere sobre os cientistas sociais, oferecendo utensílios conceptuais e procedimentos metodológicos para exaurir as transigências, ou corrupções que puem a objectividade científica²⁷.

No início do século XX, pela mesma época em que «nacionalismos» e «europeísmos» se revezam nas simpatias, são os próprios «intelectuais» que encontram para si uma figura pública particular, *inovadora* em vários sentidos. O surgimento do papel do «intelectual» liga-se com as intervenções polémicas originadas pelo «caso Dreyfus», espoletado em 1894, onde se verifica estarem sintomaticamente envolvidas as tensões raciais e militaristas que são trazidas pela escalada nacionalista do século XIX. Por uma simples inspecção cronológica é possível ver como a intervenção pontual de escritores se traduz, paulatinamente, num choque entre segmentos do universo de criadores culturais, a princípio, franceses, logo por toda a parte da Europa, incluindo Portugal. No seguimento da intervenção pública de Émile Zola, em 1898, as movimentações contrárias que ocorrem para legitimar o aparecimento no espaço público do «intelectual» como portador de uma missão civilizacional ou, pelo contrário, para censurar a ocupação de funções e papéis que supostamente extravasam a coutada reservada para os criadores espirituais («traição dos intelectuais»), vão tornar o «intelectual» num referencial simbólico incontornável da vida social e política²⁸. O protótipo para o que, em França, passará a ser a figura do «intelectual», surge na transição entre os séculos XIX e XX, com o surgimento de condições de possibilidade para a invocação e, logo, activação das potenciais responsabilidades que competem ao «intelectual» em prol da salvaguarda da «justiça» e da «verdade», uma missão que Émile Durkheim, *dreyfusard*, vai

(25) Karl Mannheim, *Essays on the Sociology of Culture*, New York: Routledge, 2003, p. 104.

(26) *Idem*, *Ibidem*, p. 106. No entanto, a omnipresença de contágios levou a que o próprio Karl Mannheim, agora em *Ideologia e Utopia*, visse, pelos menos nas ciências sociais, as construções científicas como projecção da situação do investigador («interesse e motivação»), ou seja, como «ideologia». Karl Mannheim, *Ideology and Utopia. An introduction to the Sociology of Knowledge*, New York: Harcourt, Brace & Co., 1954, p. 170.

(27) Vale a pena contextualizar a tomada de posição, simultaneamente epistemológica e política, de Max Weber a partir das percepções dos seus contemporâneos, coligidas na antologia organizada por René König e Johannes Winckelman, *Max Weber zum Gedächtnis. Materialien und Dokumente zur Bewertung von Werk und Persönlichkeit*, Köln: Westdeutsche Verlag, 1963.

(28) Sobre este tópico, permanece incontornável a obra de Christophe Charle. *La Naissance des Intellectuels* (1890-1910), Paris : Éditions du Minuit.

apoiar, logo em 1898, em nome dos valores da «razão»²⁹. Nestas circunstâncias, os «intelectuais» pronunciam-se por força da «razão», e não por visarem possuir prerrogativas especiais a esse respeito. Será simplesmente a «razão» a explicar que se possa contestar «os privilégios da autoridade» e evitar «os corruptions da multidão»; a sensibilidade e a presteza a usar da «razão» são, por sua vez, consequência unicamente de «hábitos profissionais», a que o uso do «método científico» introduziu as virtualidades do julgamento imparcial, ponderado e lógico³⁰. «O respeito da autoridade não tem nada de incompatível com o racionalismo se a autoridade estiver fundada racionalmente»³¹. A intervenção de Émile Durkheim em nome da «razão» vai surgir acoplada com a sua tentativa para equipar a sociologia com regras racionais de pesquisa e interpretação que a legitimem nos foros da ciência contemporânea; esse empreendimento de *cientifização* liga-se com a tentativa de implantar institucionalmente a sociologia no universo académico francês, onde, como recém-chegada, tem que concentrar títulos de legitimidade. A complementar esta leitura, temos um outro texto seu, publicado mais tarde, em 1904, onde Émile Durkheim vai recomendar uma postura de prudência cívica aos cientistas e letrados, pois as suas competências científicas e humanísticas não se prolongam por comprovativos de capacidade política. «Na minha opinião, é sobretudo pelo livro, pela conferência, pelas obras de educação popular que se deve exercer a nossa acção. Nós devemos ser, antes de tudo, conselheiros, educadores. Nós somos feitos para ajudar os nossos contemporâneos a reconhecerem-se nas suas ideias e sentimentos, muito mais do que para governá-los»³². Os «intelectuais», os cientistas como os escritores, têm as tarefas «intelectuais» como sua principal ocupação. Não são «homens de acção», treinados para a vida política. Por isso, vamos ver a intervenção cívica dos «intelectuais» ser motivada e legitimada pelo uso da «razão»; a sua repulsa pela injustiça será total e feroz por causa precisamente do compromisso com a prática da «razão» que implica o seu ofício, e não porque pretendam vantagens excepcionais sobre o exercício da justiça. Neste ponto, Émile Durkheim parece rememorar o «caso Dreyfus» como exemplo. «Desde que uma

(29) Émile Durkheim, *L'individualisme et les intellectuels*, Texto originalmente publicado em *Revue Bleue*, 4e série, t. X, 1898, pp. 7-13. «Se eles recusam obstinadamente “inclinam a sua lógica perante as palavras de um general do exército” é evidentemente porque eles se arrogam o direito de julgar por si mesmos a questão; é porque eles colocam a sua razão acima da autoridade, é porque os direitos do indivíduo lhe parecem imprescritíveis», *Idem, Ibidem*, pp. 1-2. Neste texto de Émile Durkheim, o neologismo «intelectual», que começara por ser empregue com finalidades estigmatizantes para vilipendiar os «dreyfusards», toma um carácter inerte em termos sociais e morais, passando simplesmente a designar os sujeitos que se ocupam com «a inteligência». *Idem, Ibidem*, p. 1 (n. 2).

(30) «É verdade que eles se mostraram mais ciosos desse direito do que o resto da sociedade; mas é simplesmente porque, em consequência dos seus hábitos profissionais, eles o têm mais perto do coração. Acostumados pela prática do método científico a reservarem o seu julgamento enquanto não se sentirem esclarecidos, é natural que eles cedam menos facilmente aos desvarios da multidão e ao prestígio da autoridade». *Idem, Ibidem*, pp. 10-11.

(31) *Idem, Ibidem*, p. 10.

(32) Émile Durkheim, «L'élite intellectuelle et la démocratie», Texto originalmente publicado na *Revue Bleue*, 5e série, t. I, 1904, pp. 705-706.

grave questão de princípio foi levantada, nós vimos os sábios saírem do seu laboratório, os eruditos largar o seu gabinete, aproximarem-se da multidão, misturar-se na sua vida, e a experiência provou que eles sabem fazer-se entender»³³. Por um lado, os «intelectuais» não se confundem com a «multidão»; a «razão», em especial, preserva-os de transigirem com as suas volubilidades. A este respeito, usa-se mesmo a expressão «elite intelectual». Por outro lado, os «intelectuais» têm uma responsabilidade perante a sociedade, tomando a seu cargo intervir em nome da «razão» para corrigir as «injustiças» feitas aos seus concidadãos e para resgatar pedagogicamente os seus contemporâneos ao estado de «ignorância» em que possam estar. Não parece, por isso, impossível ocorrer um encontro, pontual que seja, entre «intelectuais» e «multidão». Pelo contrário, a tutela dos «intelectuais» sobre os outros cidadãos parece ser um imperativo inerente à sua própria ocupação «intelectual». Pelo menos, será a sua intervenção como «intelectual» que o vai levar a ele, Émile Durkheim, a pensar, em 1908, numa maneira de concretizar por expedientes unicamente *pacifistas* essa «pátria mais vasta», a Europa, «um ideal em vias de se realizar»³⁴. Notando que parece existir um movimento de integração que, «por força das coisas», leva a que «as pequenas pátrias se fundam em pátrias mais largas», Émile Durkheim vai concitar os ouvintes das suas palavras a usarem esse ensinamento para escaparem a ficar presos às violências de outrora, «lei dominante do passado», passando a utilizar o pacifismo para orientar pacificamente esse movimento inexorável da história. Hoje estas palavras podem suscitar-nos reservas por parecerem sugerir uma leitura teleológica da história, uma concepção organicista de uma Europa constituída por «fragmentos» nacionais, e uma visão cientista do mundo social; a verdade é que, neste texto preliminar à eclosão da Grande Guerra, o propósito de Émile Durkheim de justificar a intervenção cívica do «intelectual» por motivo da sua posse de valências «intelectuais» se cruza com o projecto de uma Europa pacificada.

Fora do contexto intelectual das ciências sociais em sentido estrito, vamos, por sua vez, encontrar uma plethora de propostas de comunhão (ou cisão) entre os «povos» da Europa, o que nos pode ajudar a precisar os limites do espaço do pensável da época, isto é, o conjunto de «ideias» plausíveis e verosímeis que era contemporaneamente acessível aos «intelectuais», película de espraimento das criações intelectuais que, em parte, se sedimentava como uma espécie de senso comum erudito para largas franjas da «intelectualidade» e que, por outro lado, podia ser recriado e conjugado de maneira peculiar para exprimir uma «opinião» ou uma «teoria» própria³⁵. Deste modo, temos uma outra concepção sobre os limites da «consciência» possível que caracteriza os esquemas de recepção e produção prevalecentes entre os «intelectuais» de uma época. Os efeitos de refração que eram provocados, primeiro, pelas hierarquias de notoriedade que pesavam sistemicamente no interior do con-

(33) *Idem, Ibidem*, p. 2

(34) Émile Durkheim, «Pacifisme et patriotisme», publicado originalmente no *Bulletin de la Société Française de Philosophie*, VIII, 1908.

(35) Sobre esta noção de um senso comum intelectual, pode ler-se a obra de Louis Pinto, *Le café du commerce des penseurs. À propos de la doxa intellectuelle*. Broissieux : Éditions du Croquant, 2009.

junto de «ideias» e «ideólogos» e, logo, pela lógica de censura, crítica e controlo recíprocos que se criava continuamente entre os próprios «criadores», eram, assim, tradução da estrutura de repartição de poder entre os «intelectuais» que se organizava nos termos próprios do universo de opiniões. Por sua vez, as transformações operadas entre os conversos a estas opiniões, tanto entre os segmentos de «criadores», como entre o público de «leigos» que seguia tais opiniões, tinham, por retroversão, consequências sobre as estruturas objectivas de poder entre os «intelectuais». Nesse sentido, as estratégias de intervenção dos «intelectuais», que visavam conservar ou transformar a repartição de oportunidades prevalecente, ou as lutas intrínsecas da sua respectiva comunidade de conhecimento ou a «opinião pública», vista simplisticamente como o conjunto de consumidores de «opiniões» de uma certa sociedade, tinham implicações, por intermédio da transmutação de representações colectivas, sobre as configurações de poder pré-existentes. Nas circunstâncias de tensão política e económica que caracterizavam a passagem do século XIX para o XX, termos como *Europa* e *intelectuais* revelavam a sua virtual plurivocidade precisamente porque eram investidas com significados, usos e expectativas que variavam conforme as perspectivas que os projectavam e apropriavam; em consonância com isto, eram usados como meios para a imposição de figuras e traços que correspondem e promovem as visões e os perfis dos seus proponentes e que impugnam ou, pelo menos, contestam as visões e perfis da concorrência.

Ao trazer para o laboratório de análise historiográfica a versátil conexão que interliga a institucionalização das ciências sociais, a emergência dos «intelectuais» como facto e como rótulo, e a reconfiguração do mapa político e imaginário da Europa, tentamos mostrar, em termos sucintos, as virtualidades de estudar sócio-historicamente a concatenação, tantas vezes reprimida, entre os universos simbólicos e os universos sociais, procurando vincular as «ideias» aos seus criadores em pessoa e aos seus contextos situados de criação e contestação. O texto em que trabalhamos não é, pois, uma história das ciências sociais; nem uma história dos «intelectuais» como imagem e como colectivo; nem tão-pouco uma revisão da história semântica e política da «ideia de Europa». Usando uma conjuntura historicamente precisa, a época de transição entre os séculos XIX e XX que culmina com a Grande Guerra, tentamos interrogar essa espécie de «inconsciente colectivo» que acompanha frequentemente o uso de termos como «Europa» ou «intelectuais». Ao fazer esse exercício de historicização, tínhamos, porém, que voltar os instrumentos de vigilância epistemológica sobre os próprios sujeitos de objectivação. A reflexividade sobre os instrumentos mentais e materiais de conhecimento comumente usados, e que podem ser vistos como integrando a cultura material e mental da ciência, pode assim prolongar-se sobre as rotinas e os hábitos com que os investigadores os usam, ou seja, sobre o seu *senso prático* de trabalhadores intelectuais. As figuras dos «intelectuais», as opções teóricas e metodológicas com que foram observadas pelos cientistas sociais da época, e as suas especulações sobre a natureza e o futuro da Europa surgem, respondendo todas elas a planos da existência que têm certamente a sua lógica específica, mutuamente implicadas por força da sua vinculação a uma contemporaneidade comum. Por força dos conflitos vividos nesse curto período de tempo que medeia entre o final do século XIX e a ressaca da Grande Guerra, vemos os paralelos

que se impõem, por essa partilha de uma inclusão forçada num regime de temporalidade específico, entre os tabuleiros em que se travavam respectivamente as tentativas de legitimação e institucionalização da sociologia, as lutas entre «nacionalismo» e «cosmopolitismo» ou entre «elites» e «massas» que permeavam a imaginação da ideia de «Europa», e as clivagens em torno do papel que compete aos «intelectuais» como figuras do «espaço público», a que se recomendava que fossem os reservatórios da «consciência colectiva» ou, em contrapartida, que tivessem uma postura de recusa e intransigência para com as seduções cívicas, ou, em certos casos, que tomassem voluntariosamente partido por uma «classe», uma «raça» ou uma «utopia». Nesse sentido, torna-se mais relevante explorar as posições ocupadas pelos «intelectuais» implicados no interior dos seus respectivos campos de criação intelectual, logo a incrustação do campo de relações de poder em causa no interior de universos sociais mais vastos, do que avançar uma tipologia de «intelectuais» feita a partir dos contornos das suas convicções e actuações «cívicas» ou «teóricas». Orientações de vida como «reaccionarismo», «elitismo» e «idealismo», a preconização da «neutralidade» ou a tendência para concepções «progressistas» da sociedade têm o seu valor (e custo) de oportunidade ligado com o lugar social ocupado pelo «intelectual» em causa, logo também com a envergadura do horizonte de relevâncias e expectativas que ele pode encontrar no preciso momento da sua intervenção. Ao pensar o passado não julgamos poder encontrar uma solução para os problemas de hoje, que certamente não são uma mera repetição do que sucedeu outrora. No entanto, ao olhar com especial cuidado para a situação de vários contextos nacionais do século XX, como a França, a Itália, a Alemanha e Portugal, tomados como pontos de observação para mapear uma Europa com limites polémicos e com fortes polarizações no seu território, procuramos mostrar, por analogia, a importância que pode ter a obra que hoje publicamos se ela for vista como um contributo, entre muitos, para a futura história do passado que a seu tempo este início do século XXI será.

BIOGRAFIAS, AS COLECTIVAS E AS SINGULARES

Um «intelectual» não nasce, *faz-se*. Em vez de repetir os preconceitos imanentistas e inatistas que pululam a respeito dos «intelectuais», que sustentam teleologias como a que explica o «talento» como sinal visível de si mesmo, marca de nascença que é um prenúncio e já uma revelação, optámos por ver a «intelectualidade» como fenómeno que solicita a pesquisa da sua «proveniência» histórica³⁶. A prospecção literal das origens facilmente resvala para a promulgação de fundamentos, essências e continuidades: fundamentos sem causas,

(36) A oposição entre *Herkunft*, proveniência, e *Ursprung*, origem, que Michel Foucault encontra nos trabalhos de Friedrich Nietzsche traduz precisamente a separação entre a história que funda, logo tranquiliza, e essa história toda outra, porque «ela inquieta o que vemos imóvel, ela fragmenta o que pensamos unido; ela mostra a heterogeneidade do que imaginamos conforme consigo mesmo». Michel Foucault, «Nietzsche, la généalogie, l'histoire», *Hommage à Jean Hyppolite*, Paris, P.U.F., 1971, p. 155.

essências sem interstícios e continuidades sem interrupções. Numa história assim, feita sob o ponto de vista supra-histórico, o uso da *genética* serve apenas para isentar os *eleitos* de pensar a história da sua *eleição*, pois o futuro parece estar já completamente encerrado e previsto na sua imaculada concepção. Pelo contrário, a *história efectiva* vai optar por interrogar a proliferação de acontecimentos que se imbricam complexamente de maneira a ver a *proveniência* como um movimento incerto e provisório de uma *formação em curso*, e menos como uma evolução prefigurada. Não espanta, por isso, que ela privilegie o estudo da *emergência* que ocorre num terreno de lutas marcado por um certo *estado de forças*, esconjurando as *fantasias do nascimento espontâneo e harmonioso*, ou que procure interrogar a ligação que existe entre história e corpo, ligação pela qual o corpo é visto como «superfície de inscrição dos acontecimentos», esses mesmos que a linguagem apenas sinaliza e o raciocínio se limita a desconjuntar, e a história como a superfície de fricção que também desgasta esses corpos³⁷. Vista assim, a *história efectiva* dos «intelectuais» vai permitir alargar a margem de consciência que têm os eruditos sobre a sua própria história, forçando-os a vigiar a presunção de naturalidade, excepcionalidade e imutabilidade que ocasionalmente lhes ocorre a respeito da sua própria existência e, por outro lado, a ter presente as vicissitudes do passado, as quais, por recalcadas que estejam, se insinuam, porém, nas actividades mais prosaicas do presente. Fazer a «análise genealógica dos eruditos», para perseguir uma proposta apresentada neste texto de Michel Foucault, implica conhecer a *formação* que, nas suas várias acepções possíveis, acompanha a «intelectualidade» e os «intelectuais». Esta introdução a uma obra que não tem, ela própria, pretensões a ser usada como compêndio, vai tentar mostrar ao leitor uma multiplicidade de processos de *formação* dos «intelectuais». Em primeiro lugar, vamos explorar a emergência de um corpo colectivo de produtores de bens simbólicos, que, fora da tutela exercida pela Igreja e pelo Estado, passa a estar vinculado a uma ordem de acção centrada em regras de acção particulares e em formas de valor específicas. Em seguida, vamos procurar conhecer a imposição das normas de acesso e exercício das ocupações intelectuais, o que permite e solicita a criação de percursos de treino e consagração, mais ou menos tácitos, mais ou menos planificados, para consentir a possibilidade e a continuidade das intervenções com valor «intelectual» específico. Por último, em terceiro lugar, ver-se-á a incorporação em sentido estrito, como processo de inculcação e remodelação dos esquemas práticos do próprio «intelectual», tomado assim como portador de um corpo, reservatório e vector de práticas, e não como uma «mente».

O processo histórico de transmutação do «intelectual» contempla, como sucede com impressionante nitidez nos seus percursos de filiação a círculos fechados de produtores de bens simbólicos, como o são as instituições clericais ou revolucionárias, que têm o seu recrutamento e progressão regulados e regulamentados por fórmulas consuetudinárias e canónicas, esse processo, escrevíamos, contempla uma *formação* nas suas várias aplicações. Numa certa sociedade, o movimento de inscrição societal de um conjunto de criadores e manipuladores de bens simbólico-ideológicos particular, cuja situação contemporâ-

(37) *Idem, Ibidem*, pp. 155-157.

nea é caracterizada por propriedades sociais peculiares, entre as quais relevam o usufruto de *tempo livre* e a legitimidade de manipulação de objectos e instrumentos simbólico-ideológicos, corpo colectivo sujeito a constantes variações da sua porosidade e extensão no interior da sociedade em que irrompe e que é, ele próprio, sede de propostas de legitimidade e representação que competem entre si pela hegemonia da figura do «intelectual» que veiculam, essa inscrição da «intelectualidade» no interior da sociedade mais vasta vai ser afectada pela composição da sociedade em causa, entre elas a preexistência ou não de um colectivo com pretensões a monopolizarem as práticas simbólicas, como as corporações de mágicos, e também pelas circunstâncias que propiciem ou não a reprodução ao longo do tempo do lugar social e do estilo de vida que os «intelectuais» trazem consigo, como a existência de «público» ou eventuais conversos. Neste caso, interroga-se a emergência e as transformações de um corpo colectivo, que se pode genericamente designar por «intelectualidade», que se encastra sobre um terreno social circunscrito, para o qual pretende, e sucede em impor por vezes, a prerrogativa de um «serviço» ou «função» e os correspondentes privilégios estatutários. Nesta linha de pesquisa, o centro de interesse é, pois, a cristalização de um corpo de criadores intelectuais e a sua correspondente inscrição entre o plano societal mais vasto. O texto de Victor Karady nesta obra permite conhecer os sucessivos estados das estruturas sociais da «intelectualidade» inscritos sobre o tempo longo de vários séculos. Uma primeira leitura permite imediatamente sinalizar as propriedades objectivas que singularizam os «intelectuais» nas suas sociedades de acolhimento, tal como visualizar os seus padrões morfológicos de composição e fraccionamento. Da mesma maneira, o cotejamento entre a França e a Alemanha feito por Joseph Jurt no seu texto, permite interpretar, por raciocínios de verificação comparativa, as especificidades que relevam da inscrição dos «intelectuais» em sociedades com situações e passados particulares.

Numa segunda acepção, a *formação* pode ser vista como sendo a carreira de conscrição para um sujeito singular que se pretende «intelectual» ou, a outro nível, como o processo de institucionalização de um colectivo mais ou menos regulamentado, mais ou menos fechado, de «especialistas», integrados por essa pertença em comum a uma esfera de sociabilidade e pela posse dos requisitos e prerrogativas especiais que a acompanham. Os procedimentos de sondagem, captação e triagem que são aplicados nas instituições compostas por *especialistas* que não podem contar (apenas) com a transmissão hereditária de cargos e habilitações para assegurarem a sua continuidade; as provas e as provações a que são sujeitos os novos recrutas para os compatibilizar progressivamente com as exigências implícitas e textuais trazidas pelo seu funcionamento e pela renovação, em particular o consenso em torno dos valores capitais e das hierarquias de classificação que é preciso fabricar e fazer pacificamente aceitar; esses mecanismos de escrutínio e esses ritos de passagem podem ser vistos como fases da via de integração dos futuros «intelectuais» no corpo colectivo que constitui o círculo da «intelectualidade». A perturbar a inércia de um tal processo de incorporação temos, por um lado, a circunstância de os eventuais conscritos da «intelectualidade» não serem recipientes passivos e intermutáveis de uma ortodoxia, podendo, consoante o seu perfil social presente e passado, servir-se de táticas para minimizar ou maxi-

mizar a intervenção dos circuitos de recrutamento e inculcação das instituições. Por outro lado, as próprias instituições não constituem sistemas homeostáticos e homogêneos que se comportam mecânica ou funcionalmente, sofrendo ao longo do tempo, pelo contrário, a interposição das polarizações internas criadas pela repartição de recursos e, por conseguinte, a irritação provocada pelas lutas que se produzem em torno da conservação ou transformação do equilíbrio de forças em vigor a certo momento do tempo no seu interior. Essas tensões, por sua vez, operam tanto por via prática, impelindo os interesses e as orientações dos diferentes segmentos de «intelectuais» por força das suas aversões e preferências, ou repudiações e inclinações, como por via simbólica, em que os regimes de grandeza, logo as figurações do «intelectual», que são por avançados por cada fracção de «intelectuais» para se (auto-)justificarem e, correspondentemente, para invalidarem os seus concorrentes, se oferecem em contraponto uns aos outros. Longe de funcionar por automatismos, tal processo de conscrição e institucionalização vai estar, portanto, exposto a *mediações* que se prendem com as estratégias singulares e colectivas que os «intelectuais» podem activar, consoante as suas circunstâncias, expectativas e memórias, e com o estado das relações de força em vigor no interior da própria «intelectualidade» como um todo. Esta noção de conscrição e institucionalização serve, assim, para visualizar os meios materiais e simbólicos particulares que podem ser mobilizados pelas várias fracções da «intelectualidade», logo os modos contratantes com que podem ser criativamente conjugados esses meios, para que uma *corporação*, vista já não organicamente mas sim como uma teia assimétrica de interligações invisíveis e elásticas que se organiza pela luta entre os seus membros, competidores que são também cúmplices, se possa sustentar, por entre constantes mutações, com um carácter integrado ao longo do tempo, reproduzindo-se a sua estrutura e os seus limites, mesmo que sofrendo as inflexões que se prendem com as mudanças nos pontos de equilíbrio inscritos no seu seio e na sua localização em globo no espaço social envolvente.

O acesso ao universo intelectual implica sempre custos, a começar pelos investimentos (em tempo, especialmente) que é necessário fazer para cumprir os requisitos formais ou implícitos que os limiares de entrada impõem, como sejam a posse de credenciais ou a ostentação de sinais de promessa, e que são indispensáveis para conseguir uma perícia suficiente nas habilidades e aptidões que são exigidas, primeiro para apreender e compreender as regras do universo intelectual, mas sobretudo para exprimir, mais ou menos resolutamente, a pretensão a controlar as formas de valor e as recompensas que são válidas no seu seio. Num patamar mais restrito, a construção de um corpo colectivo pode remeter para uma investigação limitada a um instituição ou sistema de instituições que constroem, tanto como são por eles estrategicamente usadas, os sujeitos que se interessam pela constituição de um monopólio sobre um «saber»³⁸. O texto de Mihai Gheorgiu vai mostrar o funcionamento das «escolas do partido» nas sociedades socialistas do Leste europeu, onde

(38) Veja-se o trabalho clássico de Luc Boltanski sobre a formação de um grupo profissional, em Luc Boltanski, *Les cadres. La formation d'un groupe social*. Paris: Éditions du Minuit, 1982.

os especialistas técnicos e políticos organicamente criados pelo regime político vigente competiam com fracções de «intelectuais» que tinham outras formas de valor, embora subordinadas a um regime de prevalência do «capital político» socialista. Nestas sociedades, esta partição actuava como um ecrã peculiar para a recepção e utilização das «ciências sociais», que estavam coarctadas por um sistema escolar e político em que o «marxismo-leninismo» funcionava como eixo principal para o conhecimento social e, simultaneamente, para a acção política. As semelhanças formais entre os regimes socialistas não podem, contudo, invalidar uma pesquisa que particularize as consequências que o encastramento traz para esses mecanismos, como o mostram as pesquisas de Gil Eyal e András Bozoki sobre as «elites» intelectuais e burocráticas nesses Estados³⁹.

A terminar, numa terceira acepção, a *formação* pode ser tratada do ponto de vista da incorporação, servindo para resumir o trajecto biográfico de aquisição, recriação e apuramento do sistema de esquemas práticos e mentais que, se bem que sujeitos a princípios de avaliação que podem não ser iguais para todos os «intelectuais», permitem a um «intelectual» exercitar-se e ser rotulado como tal numa certa sociedade⁴⁰. Neste caso, privilegia-se o percurso de conversão dos esquemas de acção e pensamento de um «intelectual» que sobrevém com a sua capacitação, entronização e actuação como tal⁴¹. Actuação, entronização e capacitação essas que, obviamente, toleram importantes variações de tempo para tempo e de lugar para lugar. As biografias podem ser pensadas *sequencialmente*, com a condição de exorcizarmos a *ilusão biográfica* que, a partir de uma visão retrospectiva incontida, prescreve linearidade, continuidade, unicidade e finalidade a um percurso de vida singular⁴². Nesse sentido, uma biografia pode ser vista como a sinopse de múltiplas histórias, sociais, institucionais e individuais, para o que basta ponderar as sucessivas intercepções de uma trajectória social pelos planos sociais da contemporaneidade, ocasiões em que latejam potenciais viragens de rumo, provocadas tanto pelas transformações da sociedade, tanto pelas inflexões trazidas pelos investimentos pessoais e colectivos. O texto de Stefan

(39) Para uma visão de conjunto, a merecer ser pormenorizada para cada país em particular, vd. Gil Eyal e Eleanor Townsley, «The Social Composition of the Communist Nomenklatura: A Comparison of Russia, Poland and Hungary», *Theory and Society*, 24, 1995, pp. 723-750; e também os vários contributos reunidos na obra editada por András Bozoki, *Intellectuals and Politics in Central Europe*, Budapeste: Central European University Press, 1999.

(40) Sobre esta linha de raciocínio, basta conferir as várias concepções do «intelectual» que as ciências sociais têm criado e usado para objectivar esses processos de inculcação e rotulação e representação do «intelectual», inventariadas por Charles Kurzman e Lynn Owens, «The Sociology of Intellectuals», *Annual Review Sociology*, 2, 2002, pp. 63-90

(41) Tratando embora do caso particular dos padres católicos, o trabalho de Charles Suaud proporciona uma matriz para pensar a incorporação das maneiras de ser dos criadores e manipuladores de bens simbólicos, como também são os «intelectuais» genericamente considerados, vd. Charles Suaud *La vocation. Conversion et reconversion des prêtres ruraux*. Paris : Éditions du Minuit, 1978.

(42) Sobre os efeitos da ilusão biográfica e os instrumentos que possuem as ciências sociais para os prevenir ou isolar, pode ler-se Pierre Bourdieu, «L'illusion biographique», *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 62-63, 1986, pp. 69-72.

Collini sobre George Orwell vai mostrar precisamente a acumulação de contradições que se opera sobre este escritor, com as suas tomadas de posição a responderem simultaneamente às tendências trazidas pelo seu trajecto prévio e às solicitações do imediato. A confirmar esse carácter sintético da biografia encontram-se os exercícios que traçam as movimentações de um corpo pelo espaço social (e territorial) ao longo do tempo, onde os acontecimentos podem ser imediatos, como acontece com a morte biológica, ou protelados, como sucede com a escolaridade e a consagração e, genericamente, com todas as estratégias que têm termos temporalmente diferidos. Da mesma maneira, essa imbricação de histórias plurais concentradas sobre o corpo do «intelectual» surge quando se visualiza, para cada instante de tempo biográfico, a conjugação sempre provisória e sempre mutável que ocorre entre o seu horizonte de expectativas, a largura e profundidade de campo com que a intuição consegue perspectivar o futuro, ou o reservatório de memórias latentes e explícitas trazidas pelo «intelectual», uma memória que procede não apenas cumulativamente, mas onde se operam constantes mudanças de ênfase sobre o passado. Uma biografia não procede por simples tracção ou inércia, verificando-se fracturas de trajecto que são, por um lado, superimpostas pelas transformações sociais mais vastas e, assim, pela renovação das oportunidades e constrangimentos enfrentados nesse momento, pois assim que emerge para o «intelectual» o espaço de possíveis do presente, que nunca se consegue explorar por completo, logo ele o vê ser ultrapassado, ou as que são, por seu lado, introduzidas pelas viragens que provocam as iniciativas, instantâneas ou paulatinas, conscientes ou intuitivas, tomadas pelos próprios sujeitos para se acomodarem ou transformarem as circunstâncias envolventes. O texto de Fritz Ringer mostra as rupturas e as transições que marcam a trajectória de Thomas Mann no período entre as Guerras Mundiais, que significaram, para este escritor, a passagem de uma postura de esteta fascinado pela transcendência da cultura germânica, refractária a transigências com a mundanidade da vida política e económica, para um compromisso pacifista, que, no seu caso pessoal, equivaliam a uma contundente auto-crítica sobre as fantasias outrora tidas a respeito da «cultura» germânica.

Em alternativa, podemos ver *coetaneamente* uma biografia, inscrevendo-a, para a interpretar, no feixe de biografias comensuráveis que caracterizam os «intelectuais» que pertencem aos seus contextos temporal e espacialmente contemporâneos. O texto de Jacques Bouveresse vai mostrar-nos a propinquidade social de biografias de «intelectuais», que, se vistos a partir das suas opiniões políticas, são tidos como opostos: Karl Kraus e Oswald Spengler. A pertença a um mundo cultural e territorialmente comprimido, como a cidade de Viena do início do século XX, em que os intelectuais trocavam constantemente críticas e comentários com os colegas e concorrentes que habitavam a mesma cidade, vivendo embora todos mergulhados numa solução de tradições partilhada, num húmus comum, é que explica que pudessem, um e outro, convergir numa apreciação igualmente negativa sobre o «progresso» ou a «técnica». Ambos vinham de percursos escolares que, pautados por tradições humanísticas, eram fortemente selectivos e que pareciam estar ameaçados e comprometidos pela expansão das coortes estudantis que significava a relativa liberalização

do acesso ao sistema de ensino, que passava a abranger camadas da população com fácies mais «popular», até então estranhas a esse escalão de ensino. Ambos tinham sido nutridos nas expectativas e nas convicções dos círculos «ilustrados» sobre o papel do «intelectual» e do «espírito», privilégios que pareciam começar a ser negados pela proletarianização dos criadores culturais e pela massificação da cultura (em especial, por via do jornalismo). Ambos ocupavam, nessa época, um lugar entre uma intelectualidade que via com preocupação a chegada das «massas» aos palcos da política. Até a guerra, ocupação viril e virtuosa de «cavaleiros» que era, se transformou num acontecimento mecânico e massivo, conspurcado pela propaganda e pelos interesses crematísticos. Por seu turno, Gaspar Martins Pereira lê o trajecto de Alves Redol a partir da sua cosedura com as mutações do universo cultural português, inscrevendo o respectivo trajecto nas redes de relacionamento que o permeavam. Fá-lo, primeiro, mapeando as interações e os encontros em que se formava o escritor e, em seguida, inserindo a sua obra no interior do espaço de escolhas estéticas imagináveis e acessíveis na época. Assim, vemos o fulcro da pesquisa de Gaspar Martins Pereira surgir precisamente nesse espaço de intermediação que liga as inserções dos escritos em lugares de sociabilidade e socialização, por um lado, e as influências e estilos estéticos com que enuncia a sua criação literária, por outro.

QUESTÕES DE ESCALA

Em lógica, catalogou-se já a falácia que consiste em fazer passar os julgamentos sobre as verificações do tamanho dos objectos por julgamentos, que podem, por exemplo, ser correcta ou incorrectamente realizadas pelos instrumentos de medida («régua física»), por julgamentos sobre a validade dos sistemas de mensuração («régua lógica») que são usados pelo mensurador. Na verdade, as constatações sobre as medidas dos objectos ou sobre os instrumentos de medida usados não podem ser utilizadas para formular juízos sobre a lógica do sistema de mensuração a que se reporta o mensurador. «As regras da gramática são arbitrárias no mesmo sentido que a escolha de uma unidade de medida. Mas isso significa apenas que a escolha [do sistema de mensuração ou da unidade de medida] é independente do comprimento dos objectos a serem medidos e que a escolha de uma unidade não é “verdadeira” e outra “falsa” da mesma maneira que uma constatação de comprimento é verdadeira ou falsa»⁴³. A tentativa de promulgar um tamanho empírico como estereótipo para a pesquisa empírica parece-nos cair nesta falácia. Os objectos das ciências sociais são teoricamente construídos por recurso a um método de projecção que pode tomar várias unidades de medida, ou usar instrumentos de medida diferentes e técnicas de aferição variadas, sem por isso se poder avaliar da conveniência e correcção do exercício de projecção feito. A constatação empírica de um tamanho, que o uso de uma régua permite, é sim-

(43) Ludwig Wittgenstein *Philosophical Grammar*, Oxford: Blackwell Publishers, 1974, I.X, §133, p. 185.

plesmente «um caso particular de um conceito geral»⁴⁴. Para a construção de um objecto teórico é imprescindível ser coerente com a sintaxe do «método de descrever factos» que o investigador aplica, isto é, seguir com rigor a lógica que é compulsivamente imposta pelas regras do sistema de medição empregado; a sua correspondência a um objecto pré-existente da vida prática ou a um tipo de tamanho que se procura impor como modelo é, assim, uma componente acessória ou casual⁴⁵. Não há nada que justifique a proclamação de um tamanho como craveira única ou ideal para os territórios ou as conjunturas empiricamente observáveis, para nos limitarmos apenas a mensurações de espaço e tempo. Se a lógica da mensuração tem carácter compulsivo sobre as operações a cumprir, a escolha da unidade de medida pode ser arbitrária, contanto que seja aplicada rigorosamente.

Nesta senda, a já clássica proposta de Erwin Panofsky para a objectivação sócio-histórica do espaço e do tempo permanece hoje tão heurística como o era em 1927, quando foi originalmente publicada. Desde logo, os «quadros de referência» usados pelos historiadores são constituídos pela interpenetração entre o *tempo histórico*, que isoladamente só aprecia a sucessão dos eventos, e o *espaço histórico*, que sem a vertente temporal vê apenas a contiguidade em que os fenómenos empíricos ocorrem. O que temos na história é uma «variedade de quadros de referência», em que «um segmento particular do espaço histórico é observado e analisado no interior de um lapso particular de tempo histórico (ou, inversamente, um lapso particular de tempo histórico é enquadrado por uma secção histórica de espaço particular)»⁴⁶. Para o historiador, as concepções de tempo e espaço não são mais do que uma «unidade de sentido» que «molda um grupo definido de fenómenos isolados e os liga todos juntos numa rede de fenómenos»⁴⁷. «Estas unidades de sentido mais amplas ou mais estreitas que projectamos sobre os fenómenos históricos são, ao mesmo tempo, unidades de causa que realmente ligam os fenómenos uns aos outros de maneira concreta. Estes quadros de referência menores ou maiores, nos quais vemos simbolizada uma coerência significativa e, por assim dizer, puramente estática, são, ao mesmo tempo, sistemas relacionais, nos quais e entre os quais podem ser estabelecidas conexões dinâmicas»⁴⁸. Assim, um fenómeno histórico pode estar «fixado num momento muito particular do tempo natural e num lugar muito particular do espaço natural» sem perder o estatuto de «objecto do conhecimento». Há impasses e ambiguidades historiográficas que resultam apenas de um uso rotineiro e instintivo dos conceitos espaço-temporais, logo uma invocação insuficien-

(44) *Idem, Ibidem*, I.IX, §. 113, p. 164

(45) *Idem, Ibidem*, II.II, §. 16, p. 318.

(46) Erwin Panofsky, «Reflections on historical time», *Critical Inquiry*, 30, 2004, p. 696. O autor termina o seu raciocínio, esclarecendo que «cada um destes quadros de referência existe no interior de uma extensão do contínuo do espaço-tempo limitada, mas crescentemente complexa, que toma os componentes espaciais e temporais e interliga-os uns com os outros, dando origem a uma estrutura essencialmente indivisível determinada pelas suas partes individuais». *Idem, Ibidem*, p. 696.

(47) *Idem, Ibidem*, p. 695.

(48) *Idem, Ibidem*, p. 698.

temente consciente da sua natureza bicípite como categoria epistemológica e como realidades empíricas. As conjunturas temporais podem ser maiores ou menores consoante as localizações espaciais, tal como os círculos de extensão territorial podem ser maiores ou menores consoante as épocas. A recomendação pode parecer prosaica, mas talvez seja essa mesmo a solução para tantas tentativas estéreis para prescrever formatos. «A questão sobre o mais largo ou mais pequeno quadro de referência é puramente factual. A amplitude do (em cada caso) mais pequeno quadro de referência é determinada pela possibilidade de determinar diferenças, de modo que, no interior da rede conhecida como *Rembrandt*, toda uma série de quadros de referência mais pequenos podem e devem ser distinguidos. A amplitude do mais largo quadro de referência é determinada pela possibilidade de encontrar conexões, de modo que, por exemplo, podemos ser capazes de falar de uma região artística ocidental ou da arte do Mediterrâneo, mas não somos ainda capazes de afirmar um quadro de referência que seja capaz de incluir as ilhas Fiji»⁴⁹. Ao usar como critérios para aferir os limites espaciais e temporais de uma conjuntura sócio-histórica particular a existência de linhas de similitude e contraste, entre as quais se verificam as relações de reciprocidade que essa «unidade de sentido» compreende, temos uma oportunidade para justificar metodicamente, por recurso a mais do que meras convenções («épocas», «século»), o uso dos instrumentos de corte do objecto em estudo. Do mesmo modo, tornamo-nos conscientes das razões pelas quais tomamos as nossas opções e das implicações que acarretam as nossas operações de recorte espaço-temporal do objecto, sem cairmos apenas em instintos de ofício ou em costumes mais ou menos temporários da «especialidade» em que trabalhamos.

A operação de historicização, pela qual se torna nomeadamente possível reconstruir as condições de possibilidade que explicam o surgimento e a transformação dos fenómenos sociais, tem assim maneira de explicitar e justificar a sua opção por certos hiatos temporais como objectos de estudo. Pode optar-se por um *tempo longo*, se a plataforma de interrogações levantada pelo investigador tiver no seu horizonte de questionamento a compreensão de fenómenos que carecem dessa amplitude de vistas. Victor Karady no seu texto apresenta uma pesquisa sobre as mutações de larga extensão temporal, transformações que são, tantas vezes, invisíveis se vistas apenas em conjunturas mais estreitas. Em alternativa, pode optar-se por um *tempo curto*, se interessa ao investigador explicar mais as minúsculas variações do presente teórico em causa (presente teórico porque ele, obviamente, se reporta, visto hoje, a uma conjuntura do passado) do que às transições, por vezes lentas, por vezes massivas, que se verificam em épocas alargadas. Seleccionadas, as propostas de George Marcus e Paul Rabinow servem para tornar patente a imperiosa necessidade da pesquisa

(49) *Idem, Ibidem*, pp. 699-700 (n. 16). Este entendimento dos quadros de referência espaço-temporais transtorna especialmente as noções de simultaneidade ou coetaneidade, que passam a não poder ser transferidos acriticamente para as ciências sociais a partir dos usos correntes que se fazem de tais noções e passam, em compensação, a carecer de importantes procedimentos de objectivação prévios. O conceito de simultaneidade não é uma coisa pronta a usar; mas constitui, sim, uma escala contínua de tonalidades e transições.

etnográfica (e histórica) em responder a essa simultaneidade que conecta entre si uma pluralidade de locais; locais interligados pela colaboração simultânea que oferecem para o surgimento de um fenómeno social particular, mesmo que eventualmente estando separados por vastos espaços físicos. Se o sistema-mundo equivale a uma teia de interdependências, invisíveis ou tangíveis, instantâneas ou proteladas, que operam por toque ou por intermediação apenas, existente entre localidades que cooperam concomitantemente para a produção e circulação de coisas, pessoas ou significados, é simplesmente razoável que surjam estilos de pensamento e instrumentos de investigação, como a etnografia multi-situada, que privilegiem as junções, as montagens e, termo cardeal para George Marcus em particular, os «maquinismos» – literalmente, *contraptions* – que o investigador selecciona para observar o *instante* em que emerge um fenómeno singular, novo ou habitual pouco importa, que se oferece como epicentro etnográfico⁵⁰. A temporalização passa a ser, assim, um vector fundamental do trabalho etnográfico, que não se esgota com a *historicização* dos contextos sob observação; o *contemporâneo* é, efectivamente, um «modo de historicidade» peculiar⁵¹. Mapear a superfície temporal da contemporaneidade significa, primeiro, rastrear e, em seguida, remontar em termos teóricos, a constelação de entrepostos, espalhados pelo mundo, onde se fixam os fios com que se co-produz certo fenómeno da actualidade. Uma tal concepção traz reminiscências do trabalho de Gabriel Tarde, para quem o surgimento da imprensa e outros meios de comunicação de massas, como o telégrafo e o telefone, vai permitir, em virtude da produção de «efeitos sociais à distância», a concomitância de mentalidades entre sujeitos sem nenhuma ligação palpável ou mesmo aparente entre si⁵².

O imperativo de compreender teoricamente os ligames e pontos em que se constituem e se fixam os fenómenos sociais sobre a superfície terrena, surge pela consciência da insustentabilidade epistemológica em tomar os locais, as coisas e as pessoas em isolamento. Ao lado da utopia de um mercado total, a ideia de uma «literatura mundial» era já visionada no *Manifesto do Partido Comunista*. «Em lugar das antigas auto-suficiência e seclusão local e nacional surge um trânsito em todos os sentidos, uma dependência por todos os lados das nações umas em relação às outras. E tal como na produção material, também assim na espiritual. As criações espirituais das nações isoladas tornam-se bem comum. A unilateralidade e estreiteza nacional torna-se cada vez mais impossível, e a partir das muitas literaturas locais e nacionais forma-se uma literatura mundial [Weltliteratur]»⁵³. Sem preocupações de exaustividade da nossa parte, podemos mencionar o trabalho de Kenneth Pomeranz, o qual, insistindo em ver o policentrismo das redes de troca comercial à escala global, cujo

(50) Paul Rabinow e George Marcus, *Designs for an anthropology of the contemporary*, Duke, Duke University Press, 2008, pp. 70-71.

(51) *Idem*, *Ibidem*, p. 57.

(52) Esta análise vem formulada em Gabriel Tarde, *L'Opinion et la Foule*, Paris : Presses Universitaires de France, 1989.

(53) Karl Marx e Friedrich Engels, *Manifest der Kommunistischen Partei*, Marx Engels Werke, volume 4 (Maio 1846 – Março 1848), p. 466.

formato é continuamente recomposto e reordenado pelo trânsito de bens e pessoas entre contextos de produção e consumo⁵⁴, pôde testar, para a corrigir, a hipótese da ubiquidade do capitalismo em termos empíricos. Outras interpretações que vêem o mundo económico em sentido literal, ou seja, um espaço de trocas à escala mundial, têm sido avançadas nos trabalhos de Immanuel Wallerstein, Jürgen Kocka ou George Steinmetz⁵⁵, sugerindo, com isso, potenciais aplicações para o universo das trocas intelectuais. Pascale Casanova vai precisamente superar o estágio de intuição com que era enunciada uma «literatura mundial» para concretizar uma pesquisa empírica sobre o campo mundial da literatura⁵⁶.

Há a reter a necessidade de suplantar as interpretações essencialistas da comunidade intelectual por uma visão relacional do cosmos dos intelectuais, ao mesmo tempo que se explicitam as operações de enquadramento temporal e espacial a que se procede na construção do cosmos em causa. Bruno Monteiro e Virgílio Borges Pereira procedem ao trabalho de construção do espaço social dos intelectuais de um contexto urbano particular, a cidade do Porto, o que permite visualizar as estruturas de relações de poder que conectam os intelectuais que se investem na competição e cooperação em torno da repartição dos bens materiais e simbólicos que são territorialmente contidos por essa cidade, optando, assim, por centrar a pesquisa sobre a conjuntura histórica peculiar, usualmente referenciada como «a segunda crise do regime», que começa em 1958 e se esvai pelos anos 1960. O estudo de conjunturas de *crise*, que precisa ser visto menos como vocábulo com conotações morais do que como instante de conjunção de séries causais variadas, como escreve Pierre Bourdieu no seu *Homo Academicus*⁵⁷, pode oferecer-se para uma punctura sócio-

(54) A aplicação da noção de um «mundo policêntrico», que pense em termos de «conjunturas globais» em vez de presumir a existência de partes separadas do mundo (o que, posteriormente, vicia uma comparação que não repense os termos de comparação), permite a Kenneth Pomeranz romper com o «eurocentrismo» da história económica. Ao tomar, por vezes, o mundo como unidade de referência, Pomeranz pode concretizar o que Charles Tilly propõe com a ideia de «comparação envolvente», pensando os termos da comparação como integrados num rede de relacionamentos que os envolve («olhamos para duas parte de um todo maior e vemos como a posição e a função de cada parte no sistema molda a sua natureza»), vd. Kenneth Pomeranz, *The Great Divergence. China, Europe and the Making of Modern World Economy*, Princeton, Princeton University Press, 2000, p. 10

(55) Os trabalhos de Immanuel Wallerstein continuam a merecer o estatuto de pioneirismo que tiveram, ao pensarem a «economia-mundo» (logo, o «sistema-mundo») como um tabuleiro de fracturas e encaixes entre peças que se organizam entre si segundo o sistema de coordenadas do tabuleiro, vd. Immanuel Wallerstein, *Sistema Mundial Moderno*, Porto: Edições Afrontamento, 1990. George Steinmetz oferece uma concepção mais fluida do sistema colonial como «espaço social», numa utilização criativa da noção de Pierre Bourdieu que podemos encontrar em George Steinmetz, «The Colonial State as a Social Field». *American Sociological Review*, 73(4), 2008, pp. 589-612. Vale a pena, a este respeito, pensar no universo das trocas comerciais, políticas e religiosas que circunscrevia o colonialismo português como uma «nebulosa de poder», Francisco Bethencourt, «Political configurations and local powers», in Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto, (eds.), *Portuguese Oceanic Expansion 1400-1800*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, pp. 197-254.

(56) Pascale Casanova, *La République mondiale des Lettres*, Paris : Éditions du Seuil, 1999.

(57) Sobre o trabalho de objectivação de uma conjuntura de «crise», vd. Pierre Bourdieu, *Homo Academicus*, Paris: Éditions du Minuit, em particular as pp. 90-110.

-histórica teoricamente orientada, trazendo a possibilidade de ver em acção os processos de remodelação das estruturas sociais, por vezes tidas, e omitidas, como factores de invariância no estudo de uma sociedade. O trabalho de Boris Gobille⁵⁸ ou, na presente obra, os textos de Bruno Monteiro e Virgílio Borges Pereira e de Gisèle Sapiro mostram as virtualidades de proceder a uma *sócio-história do tempo curto* centrada em contextos de enervamento em que as tendências prévias e subjacentes que inclinavam as estruturas e as estratégias de uma sociedade se tornam finalmente explícitas.

Ver os *processos no tempo* significa ver também *processos no espaço*, escrevia o sociólogo Stein Rokkan. A opção que outorga um privilégio de estudo ao território nacional tem sólidos motivos para assim proceder, que se prendem, entre outros, com a tendencial justaposição histórica que ocorre entre os processos de institucionalização da «economia», da «cultura» e da «política» nos termos do espaço nacional instaurado e tutelado pelo Estado e, em particular, como escrevia Henri Lefebvre, pelos «homens de Estado»⁵⁹. As relações económicas de índole capitalista, cristalizadas pela ideia de «mercado», tendem a circundar o território controlado pelo Estado nacional, como, por exemplo, acontece com o sistema fiduciário, visto como regime de computação e certificação da «moeda», ou com a inventariação e legalização da propriedade pelas chancelarias do Estado. O processo de formatação e normalização cultural passa, por seu lado, pela uniformização e regularização dos usos linguísticos, em parte pela expropriação da competência de legiferar sobre a língua «nacional» por um corpo de especialistas, em parte pela sua transmissão por via do sistema de ensino, também ele traçado e controlado por um círculo de técnicos e instalado sobre a totalidade de uma «nação». O processo de monopolização da autoridade política legítima compreende não só a instauração de um sistema de representação, que não só pressupõe a concessão selectiva e provisional das competências e prerrogativas políticas a certos sujeitos, penalizando, por exemplo, os «estrangeiros», os «menores», as «mulheres» ou a «população», como também impõe usualmente a cessão e delegação pelos leigos dos seus mandatos políticos a um estrato de profissionais, como também inclui outros mais literais monopólios da violência física e simbólica, como sejam a implementação de sistemas de vigilância e controlo da população, como a polícia e o exército, ou que visam simplesmente a rotulação dos «cidadãos», como os serviços de estatística⁶⁰. Lamentavelmente é-nos impossível

(58) O trabalho em que Boris Gobille apresenta a versão mais explícita de uma «sócio-história do tempo curto» será, a nosso ver, Boris Gobille, «Literarisches Feld und politische Krise. Mobilisierungen französischer Schriftsteller im Mai 68 und Verzeitlichungslogiken des Feldes», *Berliner Zeitschrift für Soziologie*, 2004, 2, pp. 173-188.

(59) Sobre a importância do exercício do monopólio dos meios de violência física (e simbólica) sobre um território para a instauração do Estado moderno, pode ler-se o já clássico, porém pertinente, livro editado por Charles Tilly, *The Formation of National States in Western Europe*, Princeton, Princeton University Press, 1975; bem como os contributos, mais recentes, de Jean-Philippe Genet, entre eles o seu texto «La genèse de l'État moderne», *Actes de la recherche en sciences sociales*, 118, 1997, pp. 3-18.

(60) Para uma interpretação que, primeiro, pondera o processo de formação dos Estados nacionais e que, em conjunto, formula um proposta de programa de investigação científica sobre o Estado vendo-o como «campo burocrático», um espaço de posições estruturado pelas lutas e pelas relações de força que a repar-

prosseguir uma revisão que especifique as implicações que os processos de construção do Estado moderno trouxeram para a *nacionalização* do universo cultural e, mais particularmente, para a *estatalização* da cultura⁶¹. Queríamos, contudo, constatar esse movimento de *nacionalização* e a sua contínua imbricação com os outros movimentos similares que ocorreram nos universos económico e político, extraindo ao mesmo tempo as implicações que essa materialização sobre o território nacional tem para as opções de estudo nas ciências sociais a respeito das práticas culturais, económicas e políticas.

Se a prioridade pode ser emprestada ao território nacional por estes motivos sócio-históricos, não se nega com isso nem a existência de universos que se caracterizam precisamente por uma lógica específica de criação cultural que não encaixa exactamente nas fronteiras nacionais, nem a pertinência de proceder a um trabalho de interrogação sobre configurações de criadores culturais que se encastram em territórios com outra escala. No seu estudo sobre orquestras filarmónicas, Vincent Dubois, Jean-Matthieu Méon e Emmanuel Pierru esclarecem-nos sobre os critérios de ordem sociológica que justificam a sua opção por uma região, a Renânia, em que essa forma cultural se encontra especialmente implantada, para mais tratando-se, o que é crucial para a escala usada, de uma forma cultural cujo exercício, transmissão e reconhecimento tem lugar principalmente em «redes localmente circunscritas». Só transplantando teoricamente a região da Renânia se torna possível aos sociólogos em causa, completar a interpretação e explicação do cruzamento que ocorre localmente entre circuitos de produção e circuitos de consumo. Estes circuitos são traçados e animados por uma pluralidade de actores singulares e institucionais que, por um lado, estão mutuamente implicados pela criação em comum de uma variante musical como são as orquestras filarmónicas, mas que, por outro lado, se hierarquizam numa pluralidade de «mundos» musicais no seu seio e toleram um leque de práticas e representações diferenciadas e diferenciadoras que se ligam com a ocupação de posições sociais diferentes. Deste modo, é possível ver como uma forma cultural que os princípios de classificação imperantes a nível nacional colocam num pólo marginal das estruturas do universo cultural pode sustentar, por via das «relações sociais de proximidade» que a caracterizam, a lógica própria dos «circuitos de interconhecimento e cooperação» em que se baseia a sua criação e continuação. «O relativo fechamento sobre o grupo de pares conta-se, assim, entre as condições que permitem atenuar os efeitos do julgamento cultural legítimo e, em certa medida, «esquecer a “dominação” em proveito de uma relativa autarcia cultural»⁶². Vendo-a apenas do ponto de vista do espaço cultural nacionalmente integrado, corríamos o perigo de incor-

tição interna das formas de poder no seu seio promove e anima, veja-se Pierre Bourdieu, *Sur l'État. Cours au Collège de France (1989-1992)*, Paris: Seuil, 2012.

(61) Sobre a noção de «estatalização», vd. Gianfranco Poggi, «The Formation of the Modern State and the Institutionalization of Rule», in Gerard Delanty e Engin F. Isin (eds.), *Handbook of Historical Sociology*, London: Sage Publications, 2003, pp. 250-260.

(62) Vincent Dubois, Jean-Matthieu Méon, Emmanuel Pierru, *Les mondes de l'harmonie. Enquête sur une pratique musicale amateur*, Paris: La Dispute, 2009, p. 6

rer numa miopia teórica que nos tornava insensíveis para as paradas, as lutas e os valores que são cruciais para explicar as representações e os usos que caracterizam as orquestras filarmónicas à escala regional, bem como as hierarquias de valor particulares que explicam as lutas pela competição e repartição das recompensas materiais e simbólicas que se produzem no interior da *região* em causa, já não vista como o compartimento inventado e ratificado pela razão estatal que é, mas sim como um espaço social territorialmente circunscrito onde impera uma lógica peculiar na ordem cultural suficientemente eficaz para orientar os investimentos dos seus actores singulares e institucionais e para deformar as partições materiais e simbólicas transversais ao espaço nacional.

Num trabalho pioneiro, foi possível a Carl Schorske reconstruir teoricamente o universo intelectual da cidade de Viena do início do século XX⁶³, mostrando-o como uma tessitura de interacções entre criadores orientados pelos valores capitais das suas respectivas comunidades profissionais; comunidades que, por sua vez, se inseriam na sociedade vienense mais vasta, onde ocupavam pistas mais ou menos centrais, mais ou menos marginais em termos da concentração de bens materiais e simbólicos. Numa reflexão posterior, este historiador vai rememorar o percurso que teve que percorrer para encontrar esta solução para o tratamento dos «intelectuais». «Eu desperdicei quantidades inacreditáveis de tempo a tentar ligar as divisões de actividade pelas quais estas pessoas se identificavam a si mesmas. Eu tentei descortinar intuitivamente os aspectos comuns existentes na estrutura de pensamento entre, digamos, a literatura, a filosofia e a economia, e falhei. Eu tive vários bons palpites sobre as preocupações ou atitudes comuns, características, existentes entre os intelectuais de diferentes esferas de pensamento e arte, e esta abordagem enriqueceu a minha sensibilidade para o período, mas não revelou nenhuma *Gestalten* reconhecível que fosse partilhada por estas disciplinas. Daí, eu tive que voltar atrás e explorar cada disciplina em termos da sua própria lógica interna. // Ao fazer esta exploração, contudo, eu também tentei usar a abordagem biográfica numa escala mais vasta – a assunção metodológica segundo a qual qualquer artefacto de alta-cultura, qualquer produto do pensamento, é um produto de uma vida vivida numa matriz social e que a biografia é por isso o modo apropriado para conectar a pessoa criativa com a sociedade de qual ela emerge. Eu usei biografias singulares de inovadores culturais e tentei ver onde é que elas me levavam em termos de descobrir em que comunidades estas pessoas viviam. Elas viviam em pelo menos duas: numa comunidade profissional, mas também numa comunidade social mais vasta do que a profissional e definida de uma maneira diferente»⁶⁴. Podemos também situar o trabalho de Christophe Charle nesta linha de objectivação dos universos intelectuais, que revitalizou

(63) Para nós, continua a constituir um exemplo, no duplo sentido da palavra como realização rigorosa de uma pesquisa e como incentivo para futuras pesquisas, o trabalho de Carl Schorske, *Fin-de-siècle Vienna*, New York: Vintage Press, 1980. Para uma visão mais ampla da relação entre contextos urbanos e formas de vida intelectuais, vd. Walter Prigge (org.), *Städtische Intellektuelle. Urbane Millieus im 20. Jahrhundert*, Frankfurt, Fischer Verlag, 1992.

(64) Carl Schorske, «New Trends in History», *Daedalus*, 1969, p. 930.

os estudos sobre os «intelectuais» a partir da pesquisa de contextos fortemente comprimidos em termos espaciais e temporais. A sua investigação sobre a emergência da figura do «intelectual» por ocasião da conjuntura de crise do «caso Dreyfus» representa praticamente uma pesquisa sobre Paris, onde se centraliza concretamente o universo intelectual francês da época⁶⁵. Os seus trabalhos mais recentes continuam a exploração sobre a importância que têm os espaços sociais situados nas cidades europeias, que podem, todavia, estar ligadas entre si por um movimento de circulação de significados e protagonistas por itinerância ou transferência, para a constituição e transformação de formas de expressão intelectual como o teatro ou a ciência⁶⁶. A um nível ainda mais pormenorizado, é possível traçar sociologicamente as estruturas de poder de uma oficina de pintura ou de uma revista literária, como fizeram, respectivamente por esta ordem, Svetlana Alpers e Anna Boschetti⁶⁷.

Os procedimentos de objectivação sócio-histórica aplicam-se a porções espaciais e a hiatos temporais cuja relevância não pode ser avaliada a partir das suas extensões naturais; são os critérios sociais e históricos que justificam a pertinência de tentar a sua translação teórica como expediente para testar as hipóteses de estudo sobre os universos dos intelectuais. Em particular, pode ser vantajoso ignorar o plano de observação que as fronteiras políticas, nacionais ou outras, impõem ao objecto de estudo. Nesse sentido, como já se viu, pode valer a pena tentar conhecer a implantação da vida intelectual sobre formações sociais com parâmetros subnacionais, como as que são correntemente expressas pelas noções de «região» ou «cidade». O texto de Antón Figueroa explora o universo intelectual da Galiza como espaço cultural periférico situado no interior do campo espanhol contemporâneo; somente a opção de visualizar a esta escala circunscrita o cosmos cultural dos criadores galegos permite perceber oposições entre «intelectuais», assim como a relação tensa entre o uso da língua galega e a inclinação pelas vanguardas artísticas parisienses, que seriam invisíveis ou incompreensíveis a partir de um contexto espanhol mais amplexivo. Bruno Monteiro e Virgílio Borges Pereira circunscrevem uma conjuntura para o espaço social dos intelectuais da cidade do Porto, sem que, porém, fiquem sequestrados por uma concepção paroquialista: por via do «método de caso alargado», testado a outro respeito por Michael Burawoy, ponderam – e não o tomam por evidente – o estatuto que tem essa «singularidade» a partir da verificação crítica da sua maior ou menor excepcionalidade sócio-histórica no interior da realidade nacional da época. No entanto, pode ser também vantajoso superar o patamar nacional do mundo cultural, passando a ter como plano de

(65) Veja-se o já mencionado Christophe Charle, *La naissance des «intellectuels»*, Paris : Éditions de Minuit, 1991.

(66) Tal como se pode encontrar nas suas obras Christophe Charle, *Théâtre en capital. Naissance de la société du spectacle à Paris, Berlin, Londres et Vienne (1860-1914)*. Paris: Albin Michel. 2008; Christophe Charle et al, *Transnational Intellectual Networks. Forms of academic knowledge and the search for cultural identities*. Frankfurt: Campus Verlag. 2004.

(67) Vejam-se, respectivamente, as obras de Svetlana Alpers, *Rembrandt's Enterprise: The Studio and the Market*, Chicago, University of Chicago Press, 1988; e de Anna Boschetti, *Sartre et «Les Temps Modernes»*, Paris: Éditions de Minuit, 1988.

observação o espaço transnacional das trocas culturais, como a investigação que Paul Aron e Denis Saint-Jacques fizeram sobre a literatura de língua francesa. Territórios como a Bélgica, a Suíça (francófona) e o Quebec, embora expostos a imposições de menorização ou secundarização por relação com o centro da legitimidade cultural da língua francesa, Paris, comportam importantes contingentes de criadores culturais que contribuem activamente, pelas suas criações, para a estruturação do cosmos cultural francês em sentido estrito, mais não seja por constituírem pontos de referência simbólica e material que, pela sua situação periférica, ajudam a precisar o centro do universo cultural de língua francesa. Torna-se, assim, possível traçar um contraste entre a noção de independência (política), que permanece subordinada ao princípio de soberania territorial dos Estados, e a noção de autonomia, que se prende com a existência de ligames de vinculação entre criadores culturais que contribuem simultaneamente para a mesma esfera de actividades apesar de poderem estar em locais geograficamente separados e serem, por vezes, «estrangeiros» uns em relação aos outros.

O COSMOS INTELECTUAL COMO ORDEM DE ACÇÃO

Desde que foi escrito, em 1916, o texto de Max Weber sobre os processos de formação histórica do «estrato dos letrados» chineses e sobre os estilos contrapostos de pedagogia praticados entre eles (vulgo, «mandarins»), sofreu decerto, com a progressiva evolução de conhecimentos empíricos sobre a matéria, um irreversível processo de superação. No entanto, a forma de pensar a «intelectualidade» como um sistema de lugares plural e inter-relacional, que tem uma ordenação fundada ao mesmo tempo no consenso sobre os valores capitais do «estrato dos letrados» e na repartição assimétrica e conflitual dessas formas de poder, tais como a mestria na manipulação de saberes sincréticos ou a posse de comprovativos vinculados a instituições burocráticas, permanece um correctivo salutar contra as visões essencialistas e trans-históricas a respeito de «intelectuais»⁶⁸. Desobrigados de proceder a uma exegese já tentada por outros investigadores⁶⁹, iremos salientar três propriedades elementares que Max Weber encontra para tornar a noção de «intelectualidade» operativa para as ciências sociais. Num primeiro passo, em vez de ver os «intelectuais» no vácuo social, movendo-se sem fricção porque supostamente inermes em termos de interesses e violências, Max Weber constata a especificidade sociológica que tem «o poder do estrato dos letrados». O prestígio dos letrados não consistia no carisma dos poderes mágicos da feitiça-

(68) Max Weber, *Die Wirtschaftsethik der Weltreligionen – Konfuzianismus und Taoismus*, §. 5 Der Literatenstand, in Max Weber, *Religion und Gesellschaft*, Eggolsheim: Dörfner Verlag, 2010, [1916], pp. 420-448.

(69) Este texto tem sido alvo de excelentes tratamentos hermenêuticos, entre os quais o de Philippe Fritsch, «La Zwischenbetrachtung. Un espace théorique intermédiaire», *Enquête*, 7, 1992, 13 pp. (versão em linha no sítio web da revista).

ria, mas antes num conhecimento técnico da escrita e da literatura como tal⁷⁰. Desde logo, explica-se o lugar peculiar conferido aos «letrados» no conjunto da sociedade chinesa pelo controlo, verdadeiro monopólio, que exerciam sobre a posse, o exercício e a transmissão de uma forma de poder específica. A superintendência que mantinham sobre uma competência que não só era historicamente escassa, em virtude da triagem selectiva e prolongada dos pretendentes («estrato de candidatos às sinecuras, com diplomas», os «letrados» eram formados pela passagem por um prolongado e longo «sistema de provas»), como também era publicamente legitimada e reconhecida pelas massas de leigos e pelas instâncias de poder estatal, como a corte imperial, significava que os «letrados» exerciam um controlo exclusivo sobre a pretensão, a ocupação e a transmissão do vasto conjunto de tarefas e postos que só eles podiam suprir em termos técnicos e estatutários. No interior da «intelectualidade», por sua vez, os patrimónios constituídos pelas formas de poder entretanto reunidas pelos «letrados» exprimiam-se, por um lado, pela existência de uma ordenação hierárquica de «postos»; por outro lado, a repartição de poder em vigor promovia o surgimento de campos de interesses contrários que podiam pender, em acordo com as suas «orientações de vida», para tentativas de conservação ou para tentativas de transformação dos equilíbrios do «estrato dos letrados» no seu conjunto, ou que podiam, se vistas a título pessoal, incentivar as tentativas de promoção ou protecção do lugar ocupado na constelação do «estrato dos letrados». Qualquer lugar ocupado, fosse um «posto» preenchido individualmente ou uma «corrente» de opinião colectiva sobre o modo de ensino e inculcação dos saberes, que conferia privilégios e recompensas segundo a sua importância no conjunto da «intelectualidade», nada tinha de permanente ou estático, pois o sistema estimulava «uma luta de competição entre os candidatos pelos postos»⁷¹. Tanto umas tentativas como as outras viam as suas probabilidades de sucesso variarem consoante as ponderações dos patrimónios pessoais e colectivos e, o que tolerava o surgimento de verdadeiras «revoluções», pelo estado das relações de força existente entre os vários segmentos que compunham a «intelectualidade», que podiam ser, simplisticamente, separados entre «ortodoxos» e «heterodoxos» do ponto de vista do cânone em vigor.

Num segundo ponto, Max Weber acentua que os «letrados» se caracterizavam por «uma conduta-de-vida estatutária», que se tinha criado por força das próprias características que tinha a sua existência prosaica e o seu percurso de instrução e treino. Embora as lutas pelos postos honoríficos e burocráticos impedissem a unificação em torno de uma ortodoxia única, eram, em parte, os investimentos nas lutas constantes por «postos» e «cargos» que os «letrados» mantinham com os outros concorrentes que explicavam, sem contradição, o apuramento de maneiras de sentir, pensar e fazer comuns entre eles, as práticas e representações que eram solicitadas pela manipulação proficiente das mesmas formas de poder e pela candidatura eficaz e convincente aos mesmos concursos a que se submetiam também

(70) Max Weber, *Die Wirtschaftsethik der Weltreligionen – Konfuzianismus und Taoismus*, §. 5 Der Literatenstand, in Max Weber, *Religion und Gesellschaft*, Eggolsheim: Dörfner Verlag, 2010, [1916], p. 421.

(71) *Idem, Ibidem*, p. 430.

os seus opositores. Por via da luta por prebendas, os letrados evoluíram para um estatuto unificado, embora separando-se pelas orientações de vida que preconizavam e que aplicavam, isto é, as estratégias pelas quais visavam a concretização dos seus interesses e finalidades, logo a superação dos seus opositores. Por seu turno, também a submissão precoce e continuada a um percurso biográfico uniforme, ou equiparado, permitiu o surgimento de estruturas de sentimento, pensamento e comportamento entre os «letrados». «O espírito peculiar dos letrados, alimentado pelo sistema de exames, estava intimamente relacionado com os pressupostos básicos de que procediam os ensinamentos ortodoxos e também, aliás, quase todos as heterodoxos»⁷². A existência de elementos de coalescência entre os «letrados» no seu todo, espécie de acordo tácito que precedia o próprio conflito, certeza que era criada pelo sentimento de imersão provocado pela luta pelos mesmos valores essenciais, por um lado, e pela mesmidade nos trajectos e nos projectos incorporados ao longo da sua biografia singular e colectiva, por outro, é que explica a continuidade e a convergência das estratégias de investimento que os «letrados» põem em prática, marcadas embora conforme os posicionamentos hierárquicos por si ocupados e os seus respectivos pontos de vista.

Em terceiro e último lugar, vamos encontrar em Max Weber a enunciação de uma estrutura de tensões para exprimir e explicar os conflitos que internamente cruzavam a «intelectualidade». A partir da constatação de «uma histórica oposição polar no terreno dos fins pedagógicos», Max Weber propõe uma «tipologia sociológica» das versões extremas de formação literata – a saber: o «despertar do carisma» e o «treino especializado» – que, todavia, não se encontram «sem conexões ou transições» pelo meio⁷³. Vistas como «tipos», eles são apenas «contrastes históricos extremos», pois «entre estes opostos radicais estão todos aqueles tipos de pedagogia que, em todo o caso, procuram, de uma maneira mundana ou espiritual, cultivar o pupilo para uma conduta-de-vida estatutária»⁷⁴. Pese a participação em comum que une os «letrados» nos investimentos e nas recompensas que se organizam em torno da posse e reconhecimento de uma forma de poder específica, pese também a instauração entre eles, por conformação, por controlo recíproco ou por emulação, de um modo de vida aparentado e de uma visão do mundo coordenada, existiam contrastes que remetiam para a posse iníqua de patrimónios e oportunidades, que constituíam as assimetrias existentes entre os «letrados» nos seus potenciais de acção e nas suas probabilidades de sucesso, nas suas margens de manobra e na amplitude dos seus mecanismos de previsão e providência sobre o futuro provável.

O texto de Anna Boschetti na presente obra, servindo-se das vantagens que traz a proposta de Pierre Bourdieu, em particular, o seu conceito de «campo», para a interpretação weberiana, visa reconstruir a configuração de relações de poder que surge entre os intelectuais italianos do pós-guerra, lendo-a, entre outras, a partir da modulação particular que ela introduz, como filtro por assim dizer, sobre as influências e contendidas que ocorriam então

(72) *Idem, Ibidem*, p. 439.

(73) *Idem, Ibidem*, p. 430.

(74) *Idem, Ibidem*, p. 430.

num espaço intelectual europeu mais vasto. Que um campo tenha os seus limites onde terminam os efeitos de refacção que faz sentir (esses «efeitos de campo» que, sem tautologia, encontramos em Pierre Bourdieu), explica que a intervenção concreta e possível dos actores sobre esta superfície de tensões surja, na sua concretização e na sua intuição, afectada pelas polarizações objectivas do campo, ao mesmo tempo que introduz ela própria, essa actuação e essa intuição, novas reverberações sobre o espaço de pressões cruzadas que exercem os actores, conforme os seus gradientes de força, uns sobre os outros. A reconstrução da configuração de relações de poder dos campos literários francês e alemão permite a Joseph Jurt testar um outro modo de pensar a *comparação*. Em vez de comparar porções e cifras, o que levanta sempre o vislumbre de possíveis emboscadas criadas pelas nomenclaturas eruditas e estatais usadas para classificar os «intelectuais» ou então criadas pelos perigos de anacronismo que implica pensar sobre o passado com as categorias do presente, Joseph Jurt vai tentar comparar as lógicas de funcionamento dos respectivos campos literários já mencionados. Ao *pensar por verbos*, Joseph Jurt remete para um raciocínio comparativo que explora tanto os *padrões de polarização*, visando sinalizar as formas de valor eficazes nos seus termos físicos e sociais e os princípios de estruturação que explicam as suas clivagens mais pronunciadas, como as *fisionomias de inter-relacionamento*, em especial as tendências de propinquidade ou repulsão surgindo entre os vários segmentos da intelectualidade, que caracterizam as teia de relações existentes entre os intelectuais ligados aos universos culturais próprios dos territórios a comparar. Desta maneira, ficamos emancipados de continuar a *pensar por substantivos*, que, tratando o conjunto dos intelectuais como um mero agregado de massas equivalentes e indiferentes, exerce a comparação como uma simples operação de mensuração entre volumes estatísticos.

Para o conhecimento de um conjunto de sujeitos ligados entre si pela inclusão num cosmos particular, como a esfera intelectual num todo, ou pela participação num ofício ou instituição em particular localizado no interior de tal esfera, parece ser especialmente proveitoso recorrer a uma pesquisa prosopográfica que use como critério de pertinência tanto a concretização de práticas de «intelectuais» que se coordenam mutuamente entre si, como a submissão em comum de todos eles a uma lógica de acção e a um horizonte de significância que explicam essa reciprocidade – e não, por exemplo, seleccionados pela posse de predicados essencialistas ou por critérios de selecção sorteados pelo investigador. Dado que o modo de pensamento relacional avançado por Pierre Bourdieu configura uma *sociologia de indivíduos*, e não uma *sociologia de variáveis*, a prosopografia, porquanto enfileira pelo mesmo raciocínio que imputa aos próprios agentes epistémicos as propriedades sociais, económicas e culturais que qualificam os seus perfis sociológicos, é especialmente conveniente para concretizar a construção de um «campo». Por outro lado, a prosopografia tem-se mostrado capaz de transcender oposições convencionais nas ciências sociais, em particular as que separam os métodos quantitativos e os métodos qualitativos⁷⁵, ao permitir,

(75) Heinrich Best, «Wenn Quantität in Qualität umschlägt: Die Prosopographie der DDR-Funktionse-

neste caso, objectivar a vinculação existente entre as propriedades posicionais dos agentes e as suas tomadas de posição, pois que, umas e outras, surgem religadas pela existência dos próprios agentes, pela qual se conjugam as intermediações entre as suas localizações estruturais e as suas actuações situadas. Neste livro, podemos encontrar exemplos de inquéritos prosopográficos nos textos de Bruno Monteiro e Virgílio Borges Pereira e de Gisèle Sapiro, que oferecem soluções para a colecta da informação empírica e para o seu tratamento sistemático por recurso a técnicas estatísticas que, convergentes, seguem as suas próprias vias porque correspondem a programas de investigação peculiares e porque lidaram com contrariedades e contingências únicas ligadas aos seus contextos de pesquisa.

Nos termos de Max Weber, um cosmos particular, seja a «economia», seja a «cultura», caracteriza-se eminentemente pela virulência da sua *lei interna*, isto é, a imposição de uma lógica de funcionamento particular organizada em torno de uma espécie de poder que é significativa e consequente para os actores que ela cinge (como podem ser, respectivamente, a «propriedade» ou o «saber»). A instilação de uma orientação comum a uma série de protagonistas pessoais e colectivos prende-se com a sua implicação recíproca na competição por essa forma de valor, tomada consensualmente por pertinente e eficaz; os «intelectuais», por exemplo, convergem entre si pela pertença comum a uma esfera de actividade cujos limites se encontram no sítio onde termina a força de envolvimento e solicitação de práticas que suscitam essas formas de valor «intelectuais». Embora possamos construir teoricamente a constelação de lugares que se estrutura pela competição e coalizão à volta de uma forma de valor particular, outorgando-lhe uma limpidez e uma simplicidade que não tem concretamente, vale a pena pensar essas «ordens de vida» como campos de forças onde os termos são flutuantes, evidentemente oscilando com o tempo e o lugar a que se acoplam, por um lado, porém variante especialmente consoante o estado dos equilíbrios de poder internos sempre instáveis que se urdem entre os sujeitos que os constituem e que são por eles manipulados, por outro lado. Em sociedades complexas, polissegmentares como escreveria Marcel Mauss, os universos sociais da política, da religião ou do Estado revelam níveis impressivos de emancipação recíproca; universos produzindo efeitos de gravidade sobre todos os actores que os integram e que são irredutíveis a lógicas próprias de outros universos. Um mesmo actor social pode ter, pois, uma *multiposicionalidade*, fruto da sua implicação nas paradas e nas lutas que são próprias de várias esferas de actividade⁷⁶. A famigerada pugna em torno do conceito de «autonomia», tantas vezes tratada escolasticamente, tendo por único critério o comentário e a invocação de textos canónicos, só pode ser solucionada apelando para uma pesquisa empiricamente fundada que maximize as potencialidades de um conceito funcional como «campo», o que implica, evidentemente, recusar igualar o que é uma confirmação de relações de forças a uma

liten als ein Beitrag zur Hermeneutik der realsozialistischen Lebenswelt», *Historical Social Research*, Supplement, 2008, no. 20, pp. 195-210.

(76) Segue-se assim o raciocínio de Luc Bolstanski, «L'espace positionnel : multiplicité des positions institutionnelles et habitus de classe», *Revue Française de Sociologie*, 1973, 14, pp. 3-26.

monada⁷⁷. O que Wolf Lepenies e Gisèle Sapiro nos ensinam neste livro, com os seus trabalhos sobre contextos onde se tornou pontualmente possível a sobreposição e conjunção entre categorias políticas e categorias literárias, o primeiro, mostrando-nos as consequências da aplicação pelos intelectuais alemães de uma apreciação estética a movimentos e eventos com uma natureza propriamente política no início do III Reich, a segunda, explicitando o impacto que teve sobre o campo literário francês a translação estética de filiações políticas provocada pela Ocupação alemã na II Guerra Mundial, é que a emergência de um universo cujos princípios de polarização se vinculam unicamente a uma forma de poder específica, isto é, o processo da sua autonomização, está não só vinculada à superposição e conservação de um conjunto de circunstâncias objectivas que regulam a sua autonomia, como tem a sua própria autonomia constituída em ponto de contenda entre os seus membros individuais e institucionais, tornando-se numa linha de fractura entre os que são seus protectores e os que são seus opositores.

Queremos focar, justamente antes de terminar este ponto, a necessidade de levar a sério a ideia de *trabalho espiritual*, que não só nos permite interpretar os ofícios intelectuais a partir do conhecimento sobre a conjugação de condições que proporcionam a sua emergência histórica ou sobre os mecanismos de cooptação, exclusão ou promoção que intervêm na sua reconstituição e transformação ao longo do tempo, como ainda permite complementar a pesquisa sobre as (auto-)representações dos intelectuais a partir de uma pesquisa situada e incarnada das suas práticas. Não se preconiza nenhuma variedade de nominalismo no momento de seleccionar os perfis dos agentes que podem ser percebidos e tratados como «intelectuais». O que qualifica os «intelectuais» como tal são as suas *práticas* efectivas, a sua participação nas contendas que têm o lugar e os termos vinculados ao universo da criação intelectual; a sua resposta a solicitações que provêm da lógica interna de oposição e cooperação que se instaura entre os «intelectuais» em razão do seu investimento nas práticas de criação e apropriação que concretizam por inerência da sua pertença a esse universo; a sua virtual sujeição às transformações que ocorrem nas estruturas de repartição de opor-

(77) Os hábitos de pensamento substancialista podem encapotar-se, inclusive para os próprios sujeitos de pensamento, que os soem traficar inconscientemente pela invocação puramente cerimonial de conceitos de intenção relacional. Inveterados como são, só um exercício constante da vigilância epistemológica de si, tanto mais exaustiva quando mais for colectivamente exercida pelo conjunto dos pares, permite sinalizar o essencialismo que opera mesmo que se usem utensílios mentais criados precisamente com o fito de evitarem essa coisificação. O uso puramente convencional de conceitos, sem perceber que eles requerem mais do que a transplantação de texto a texto, a conversão do modo de fazer ciência implicado no seu manuseamento; uma completa conversão do olhar científico e não somente um uso do pastiche que contemporize com os termos mais em voga. De resto, nunca será por via do comentário que se podem esclarecer tais impasses: apenas pela pesquisa aplicada. Para uma prevenção contra o uso convencional e essencialista da noção de «autonomia», onde se mostra que ela constitui um *estado*, que suporta uma infinidade de tonalidades mais ou menos acentuadas, que está permanentemente em jogo nas lutas entre os participantes do universo que ela caracteriza, uns mais inclinados para a sustentar, outros interessados em promover a sua atenuação, veja-se Joseph Jurt, «Autonomie et Heteronomie. Le Champ Littéraire en France et en Allemagne», *Regards Sociologiques*, 4, 1992, pp. 3-16.

tunidades e constrangimentos em vigor na esfera intelectual como resultado provisório das suas tentativas para as manter ou conservar. De fora ficam as concepções que os próprios «intelectuais» enunciam, representações que, por estarem vinculadas ao ponto de vista peculiar que eles ocupam no espaço que tentam controlar, tendem a corporizar propostas de formatação que correspondem sobretudo aos perfis sociais e intelectuais dos seus portadores («escolas», «função social», «arte pela arte», etc.). Neste caso, o trabalho do cientista social é precisamente mostrar a vinculação de um certo rótulo a uma localização física e social particular e fazer ver como esse trabalho de rotulagem se interliga com estratégias singulares e colectivas que são conduzidas a partir de tal localização para responder criativamente aos estímulos e aos constrangimentos que pendem sobre as suas imediações. De igual forma, são criticamente consideradas as interpretações e as taxonomias que, propostas pelos críticos e outros «especialistas», retomam os termos consagrados pela narrativa literária imanente, criada para consumo próprio, apenas para os voltar a usar. Nas propostas que procuram estudar o cosmos intelectual, o que importa é em que medida os agentes são mais ou menos *ativos*, influenciando tanto como são influenciados, para a rede de conexões invisíveis que se instaura, elasticamente, entre todos os criadores intelectuais num certo momento do tempo. Nestes termos, a sua exposição às irradiações provocadas pela estrutura do campo que eles próprios contribuem para modelar, funciona como hipótese a ser testada por via de uma pesquisa empírica das propriedades sociais e culturais que o caracterizam, ao conjunto de indivíduos interligados entre si contemporaneamente⁷⁸.

Há, todavia, que reconhecer a singularidade e a relevância que têm os estudos que tomam a ordem dos textos como ponto de apoio. Na verdade, as veredas de interpretação hermenêutica, que se percorrem com os estudos sobre os horizontes de produção ou a recepção de uma criação, sobre os limites do enunciável e os efeitos de censura que pesam sobre certo contexto, sobre as convenções e os protocolos, esses que, para lá das regras explícitas que podem ser formuladas pela crítica especializada, constituem como que o pano de fundo para a criação intelectual de uma época, onde são inefáveis precisamente por serem óbvios, são unicamente palmilháveis por recurso a uma investigação sócio-histórica dos cânones textuais. Neste nosso livro, o texto de Paul Aron explora precisamente a importância que têm os estudos literários para complementar uma leitura sociológica do universo intelectual, evitando as tergiversações do sociologismo. Por sua vez, António Teixeira Fernandes vai voltar ao contexto da I República Portuguesa para mostrar os encontros, os resvalos, as sobreposições e os entrechoques que ocorriam então entre as placas tectónicas de natureza intelectual que se moviam no sentido da «modernidade» ou, pelo contrário, da «tradição».

(78) Foi por ser impossível encontrar uma (auto-)representação do «intelectual» que não estivesse vinculada aos interesses, memórias e aspirações de uma situação social particular, que se têm visto surgir pesquisas centradas em torno das interacções ou oposições de natureza objectiva que estruturam universos de criação cultural temporal e espacialmente situados, vistos como «campos» ou «espaços sociais», como os trabalhos que, nesta obra, apresentam Anna Boschetti, Joseph Jurt, Gisèle Sapiro, Antón Figueroa, e Bruno Monteiro e Virgílio Borges Pereira.

Só uma observação sistemática dessas constantes movimentações, por vezes aceleradas, por vezes tão lentas que pareceram inexistentes, permite perceber os esquemas justificativos e retóricos usados pelos intelectuais contemporâneos da República «velha» e a herança do republicanismo para épocas posteriores. A inspecção de um ponto da história, que focaliza, o que é mais, a sua aparelhagem analítica sobre um sector académico em particular, vai permitir a Gangolf Hübinger compreender, a partir da troca de correspondência entre um par de protagonistas do emergente universo da sociologia, situados em lugares sociais e, mesmo, físicos, afastados, Max Weber e Robert Michels, como o contexto de enunciação dos protagonistas afecta a sua produção escrita. Quer dizer, Gangolf Hübinger vai fazer aparecer, pela ligação que supõe e instaura a correspondência escrita entre um par de exímios praticantes de uma jovem ciência, os elementos de coacção e incitamento, uns especificamente científicos, outros muito mais seculares, económicos e políticos sobretudo, que põem as suas preocupações pessoais e colectivas sobre os carris da sociologia como disciplina académica e como programa de investigação.

A fechar o círculo. Elias Canetti menciona numa passagem das suas *Anotações* que «os historiadores têm em mira acima de tudo o papel». Odeiam a luz, são cegos, esmoem apenas celulose: são «térmitas» de «papel velho». «Eles não o lêem, eles comem-no, e aquilo que oferecem vai ser novamente tragado por outras térmitas»⁷⁹. O problema não é precisamente esse suporte material em que os historiadores escoram a sua pesquisa, como o *uso* supersticioso que reservam para «o papel». Uma interpretação *textualista* não é tanto a que recorre unicamente a textos, que, por vezes, constitui o único registo que foi possível preservar, como a visão que toma todo o mundo como um texto, impondo as normas de inscrição e interpretação dos textos às maneiras de sentir e fazer dos agentes, que passam, portanto, a ser interpretadas e explicadas pelas regras da escrita. A razão prática não tem por que seguir os princípios de composição e apropriação dos textos; há uma racionalidade que não é racional no sentido estrito que se empresta a esta palavra. As práticas intelectuais não são excepção. Vale a pena, por isso, promover oportunidades controladas para uma observação situada e incarnada das práticas dos intelectuais, que não passe por transferir os esquemas de interpretação dos textos, que são usados pelos investigadores, para os «intelectuais» cujas concepções e acções ficaram registadas nos textos investigados.

UMA NOTA DE RECONHECIMENTO

Depois de termos mostrado o roteiro que propomos para esta obra, sem prolongar mais uma leitura crítica que compete ao leitor, torna-se imperioso tornar claro que esta obra corresponde a uma multiplicidade de esforços conjugados. A terminar esta introdução, temos, por isso, que exprimir o nosso mais sincero reconhecimento pela recepção que tive-

(79) Elias Canetti, *Aufzeichnungen 1942-1948*, München: Deutsche Taschenbuch Verlag, 1969, p. 40.

mos no Centro de Informação Europeia Jacques Delors, em especial o incentivo que a sua Directora, Dr.^a Clotilde Câmara Pestana, ofereceu para esta publicação. Temos também que mencionar o crucial apoio que a Fundação Calouste Gulbenkian nos proporcionou, em particular o seu presidente Dr. Artur Santos Silva, que assim viabilizou a concretização do nosso projecto de publicação. Vista nos seus últimos cinquenta anos, a ciência que se fez e faz em Portugal traz, em boa medida, o signo da Fundação Calouste Gulbenkian. Aproveitamos também para mencionar a simpática permissão, concedida por David Lazar, do German Historical Institute (Washington, DC), para utilizar o texto de Fritz Ringer que traduzimos para este livro. Queremos enaltecer o trabalho entusiasmado e zeloso que as Edições Afrontamento, em particular o Dr. José Sousa Ribeiro e Joana Francisco, ofereceram para tornar possível este livro. A todos os colegas que generosamente connosco colaboraram, tanto no colóquio, como mais tarde na composição da presente obra, fica também expresso o nosso encarecido reconhecimento.